ATA N.º 25 – 2017/2021

Sessão Ordinária de setembro.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, na Sala Principal do Cineteatro Alba em Albergaria-a-Velha, com início pelas 21 horas, reuniu, em Sessão Ordinária de setembro, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: Paulo André Silva e Silva, Maria da Conceição Gomes Vieira Pinto indigitada a substituir Luís Serafim Baptista da Silva, António Augusto Mendes Lemos, indigitado a substituir Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Ana Maria Fernandes Carvalho, Carla Cristina Caetano Castro, indigitada a substituir Nuno Filipe Sachse de Almeida Salgado, Herculano Miguel Pereira Caetano e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Lúcia Maria Azevedo Antão, João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. ----------

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro e subsequentes alterações. ----------

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos da Silva pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, Presidente da Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. ----------

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes, Sandra Isabel da Silva Melo Almeida e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; António Nunes de Almeida, em substituição de José Licínio Tavares Pimenta e Nuno Miguel Abreu Pereira da Silva do PPD/PSD. ----------

Substituições: ----------

Pediram substituição na presente sessão os/as Membros Municipais Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Nuno Filipe Sasche de Almeida e Ana Daniela Marques Santiago, do CDS/PP. Faltaram justificadamente os Membros Municipais Rui Manuel Pereira Marques e Jorge Altino Pinho de Melo do CDS-PP. ----------

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 50/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: ----------

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; ----------

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; ----------

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; ----------

D – Período Antes da Ordem do Dia; ----------

E – Período da Ordem do Dia: ----------

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de abril, realizada no dia 19.06.2020 e da ata da Sessão Ordinária de junho, realizada no dia 26.06.2020; ----------

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a "Atividade Municipal" e "Situação Financeira do Município"; ----------

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (3ª Revisão ao Orçamento da despesa, no montante de € 100.000,00 para o ano de 2020, e nos montantes de € 812.595,21 e € 20.000,00 para os anos de 2021 e 2022, respetivamente) e às Grandes Opções do Plano (3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante total líquido de € 0,00, para financiamento definido e de € 812.595,21 e € 20.000,00 para os anos de 2021 e 2022, respetivamente) do Município de Albergaria-a-Velha para 2020; ----------

Ponto 4 – Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação do valor da taxa sobre imóveis de 2020, a vigorar em 2021; ----------

Ponto 5 – Apreciação e votação do lançamento de uma Derrama para o ano de 2021 – Fixação de taxa percentual (relativa aos resultados do exercício económico de 2020); ----------

Ponto 6 – Apreciação e votação da participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para o ano de 2021 – Fixação de taxa; ----------

Ponto 7 – Apreciação e votação do estabelecimento de Taxa Municipal dos Direitos de Passagem – Fixação da taxa para o ano de 2021; ----------

Ponto 8 – Apreciação e votação do Investimento "Ampliação da Zona Industrial", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo; ----------

Ponto 9 – Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento do projeto "Ampliação da Zona Industrial", ao abrigo da alínea a), n.º 5, artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Até ao montante de 596.093,69 € - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual; ----------

Ponto 10 – Apreciação e votação do Investimento "Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de terrenos", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo; ----------

Ponto 11 – Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto "Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de Terrenos" – Até ao montante de 382.620,00 € - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual; ----------

Ponto 12 – Apreciação e votação do Investimento "2020/26 Execução e Beneficiação de Arruamentos no Concelho", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo; ----------

Ponto 13 – Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento do projeto "2020/26 Execução e Beneficiação de Arruamentos no Concelho" - Até ao montante de 400.000,00€ - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual; ----------

Ponto 14 – Apreciação e votação do Investimento "2020-25 Regeneração Urbana na Freguesia de

Angeja – Aquisição de Terrenos", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo; ----------

Ponto 15 – Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto "2020-25 Regeneração Urbana na Freguesia de Angeja – Aquisição de Terrenos" - Até ao montante de 250.000,00€ - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual; ----------

Ponto 16 – Apreciação e votação de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Alquerubim, destinado à pavimentação da área de estacionamento exterior ao cemitério da freguesia; ----------

Ponto 17 – Apreciação e votação da autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromisso plurianual para a contratação da prestação de serviços de vigilância humana no Mercado Municipal e no edifício dos Paços do Município; ----------

Ponto 18 – Apreciação e votação de procedimento relativo à intenção de desafetação de um troço de caminho do domínio público, sito em Vista Alegre – Zona Industrial de Albergaria-a-Velha – termo de apreciação pública; ----------

Ponto 19 – Apreciação e votação da alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga – retificação; ----------

Ponto 20 – Apreciação dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 04.12.2019 – período compreendido entre 29.05.2020 e 25.08.2020; ----------

Ponto 21 – Apreciação da informação do auditor externo sobre a situação económica, financeira e orçamental do Município de Albergaria-a-Velha, relativa ao 1,º semestre de 2020; ----------

Ponto 22 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, dos pontos 3 a 19 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu início à sessão lembrando que se continuava a viver uma grave crise de saúde pública, ameaçando a doença COVID-19 alastrar-se progressivamente. Para além daquela ameaça sanitária emerge também uma grave crise económica, com consequências sociais, provavelmente muito gravosas. Certo daquelas realidades, iriam cumprir o dever de cidadania enquanto Membros daquela Assembleia, reunindo para tratar de assuntos respeitantes ao Município, com o intuito de os discutir, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos Albergarienses. Informou que a presente sessão dá cumprimento a todas as orientações da Direção Geral de Saúde, de forma a que todos se sintam seguros. Desejou a todos uma reunião elevada, salientando que, de acordo com as orientações da Sr.ª Delegada de Saúde, seria aconselhável os Membros Municipais manterem a máscara durante o uso da palavra. Também antes de iniciar a sessão, e dado que não seria utilizado livro de ponto como era do conhecimento de todos, efetuou a chamada dos Membros Municipais, por forma a confirmar as presenças. ----------

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; ----------

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 12 a 17/2020; ----------

Do Conselho Municipal de Educação – Convocatória para reunião de dia 24.07.2020; ----------

Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PALM – Envio de relatório semestral do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental do Município de Albergaria-a-Velha; ----

Da Direção Geral das Autarquias Locais – Informa que foi publicado o Despacho n.º 8703/2020, de 10 de setembro de S. Exa o Senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, que procede à convocatória para a eleição indireta do presidente e de um vice-presidente das comissões de coordenação e desenvolvimento regional no dia 13 de outubro. ----------

Da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Sr. Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local – Envio de informação/pedido de colaboração no âmbito do processo de eleição indireta dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dizendo ter pouca informação relativamente a este processo, tendo dúvidas se no dia 13 de outubro será necessário realizar uma assembleia extraordinária, para se proceder à votação, informando estar a recolher informação e a aguardar orientações relativamente à organização daquele ato eleitoral. Referiu ainda que os senhores Membros Municipais irão ser informados, assim que estejam definidos os procedimentos a adotar. ----------

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; ----------

Membro Municipal Pedro Rebelo apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Albergariense Dr. Rui Manuel de Almeida Branco, o **qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Doc. 1, Fls. 1). ----------**

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dizendo que, por motivos óbvios, estaria fora daquela votação, perguntando se os Membros Municipais do PSD e PS se associavam, tendo ambos respondido afirmativamente. Considerando que o Voto de Pesar apresentado foi subscrito por todos os Grupos Municipais, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade dos votantes. ----------

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, declarando aberto o primeiro Período de Intervenção aberto ao Público. Considerando que se encontrava presente um munícipe para intervir, deu de imediato a palavra ao cidadão Hernâni Manuel Reis Aidos Fernandes, de Alquerubim, que pretendia expor dois assuntos, um relacionado com o problema da extensão do Centro de Saúde de Alquerubim, e outro relativo às obras que irão realizar-se na Quinta do Passal. ----------

Hernâni Fernandes – Referindo-se à Extensão de Saúde de Alquerubim, usou da palavra informando que Alquerubim foi Vila e sede de Concelho no século XIX, existindo desde 956, sendo anterior à fundação de Portugal. Alquerubim, com uma área de 15km^2 e 2381 habitantes nos censos de 2011, tem uma densidade populacional de 155 habitantes por km^2. Angeja, com uma área de 23km^2 e 2073 habitantes, tem uma densidade populacional de 97 habitantes por km^2. No concelho, Alquerubim era a terceira freguesia mais populosa. Angeja tinha a Unidade de Saúde Familiar do Beira-Vouga, tendo Alquerubim ficado com um polo daquela unidade de saúde. A Unidade de Saúde Familiar Beira-Vouga dizia ter 6500 utentes inscritos, certamente para além dos utentes de Angeja, à custa dos utentes de Alquerubim e provavelmente de São João de Loure e Frossos. Para memória futura, relembrou que Alquerubim possuía posto médico há cerca de sessenta anos, seis décadas, portanto, anterior ao 25 de abril de 1974 e à criação do Serviço Nacional de Saúde. Referiu que aquele posto médico, antes do 25 de abril registava-se sob jurisdição da Casa do Povo e abrangia as freguesias de Alquerubim, São João

de Loure e o lugar de Frias. Presentemente, em Alquerubim, estaria encerrada a extensão de saúde, pelo que se conhecia, ficando surpreendido que quer a Junta de Freguesia quer a Câmara Municipal não se tenham empenhado para que o seu encerramento fosse evitado. Disse saber que estas decisões são da ACES, mas a CIRA tem assento no Conselho da Comunidade da ACES. Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albergaria dizendo que o mesmo é vice-presidente da CIRA e pelo menos nessa qualidade, perguntou o que fez, porque pelo que se sabe, não teria feito nada. Perguntou, não existindo transportes rodoviários que façam a ligação entre Alquerubim e Angeja e vice-versa, como poderão os cidadãos sem meios de transporte pessoal deslocar-se até à Unidade de Saúde Familiar de Angeja. Questionou ainda o que pensam fazer, Câmara e Junta de Freguesia, para mitigar esta situação imerecida e tão injusta para o povo de Alquerubim, questionando ainda se seria agora criada uma rede concelhia de transportes públicos rodoviários. Relativamente ao assunto da Quinta do Passal, também em Alquerubim, referiu que constaria por alguma comunicação social que teria sido elaborado um projeto para aquele local e que iria ser transformado num parque de lazer com espaços de recreio ativo de contemplação e de circulação pedonal num avultado investimento de 250.000,00€. Dizendo presumir que aquelas obras se enquadrassem no projeto secreto que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alquerubim tinha para o local. Referiu que, como tudo tem andado no segredo dos deuses, ou seja, em sigilo total, nada se sabia do concurso, da adjudicação do caderno de encargos, do empreiteiro, etc, etc. Questionou se, para lisura de todo o processo, e porque se trata de uma obra estruturante para o futuro da Freguesia e dos seus fregueses, a população não deveria ter sido consultada. ----------

Presidente da Assembleia Municipal - Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando, relativamente à primeira questão colocada, que os factos apontados não correspondiam de todo à verdade, pois havia documentos escritos, que iria anexar à ata, que não corresponderiam minimamente ao relatado. Esclareceu terem sido enviados e-mails, em particular ao então senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, passando a citar um enviado em 07.08.2020: "Conforme contactos anteriormente estabelecidos, solicitamos a V. Ex.ª uma audiência presencial ou por vídeo-conferência, com o objetivo de expor as principais preocupações do executivo municipal no que diz respeito à saúde em Albergaria-a-Velha. Não tendo sido possível, enviamos em anexo algumas imagens que se referem ao estado do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, que sofreu inundações várias no Inverno passado e cuja situação permanece por resolver, quer quanto às infiltrações pela cobertura, quer relativamente a outras obras urgentes. Apelamos a uma rápida resolução deste problema. Tememos que, com as primeiras chuvas, as infiltrações se repitam, pondo em causa o funcionamento deste edifício, único da cidade, e que dá resposta a uma área geográfica e populacional considerável. Consideramos igualmente urgente a reorganização dos cuidados de saúde no concelho, informando que se encontram encerradas as unidades de atendimento e consequentemente uma insatisfação crescente das populações que serviam: a Extensão de Saúde de Valmaior, a Extensão de Saúde de Ribeira de Fráguas, a Extensão de Saúde de Alquerubim e a Extensão de Saúde de São João de Loure. Mais, informamos que temos vindo a articular estes assuntos com o Excelentíssimo Senhor Diretor do ACES, Dr. Pedro Almeida, tal como temos vindo a articular a nível local, com as equipas de saúde, quer no âmbito da situação COVID-19, quer para a resolução de problemas que carecem de imediata

intervenção, manifestando a nossa disponibilidade, quer na definição da estratégia para a saúde, quer para a implementação de medidas excecionais necessárias e urgentes. Solicitamos a sua especial atenção para os factos expostos, para o documento que anexamos (fotografias), e ficamos na expetativa de notícias em breve. Com os melhores cumprimentos." Em relação à questão da Quinta do Passal, referiu não poder estar mais descontente com o que foi exposto, pois não há qualquer projeto ou concurso escondido, lembrando que todas as primeiras quartas-feiras de cada mês as Reuniões da Câmara são públicas e existe a afixação de editais de todas as reuniões no Município de Albergaria. O projeto foi amplamente discutido, exposto e demorou um ano para ser aprovado. A Junta de Freguesia nunca o escondeu a ninguém, tratando-se de um projeto que foi proposto, que foi desenvolvido com os recursos da Câmara Municipal, com a equipa técnica da autarquia, foi sempre pensado tentando ir ao encontro dos interesses da população de Alquerubim. ----------

D – Período Antes da Ordem do Dia; ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Membro Municipal Filomena Bastos. ----------

Filomena Bastos – PPD/PSD – Usou da palavra referindo um assunto que circulava nos últimos dias na comunicação social e nas redes sociais, relativa à segurança da Ponte de Cacia, em que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro assumia em Assembleia Municipal, alertar a Infraestruturas de Portugal para a segurança daquela construção. Sublinhou a importância de se assegurar a segurança da referida ponte, cuja designação correta é Ponte de Angeja, sugerindo que o Município de Albergaria se juntasse ao de Aveiro num apelo à beneficiação da referida obra de arte, sobretudo porque seria a Albergaria que competia aquela responsabilidade, pois aquela ponte fica na área geográfica do Concelho. Importava garantir a segurança de quem circulava naquela ponte, Albergarienses que trabalhavam em Aveiro, Aveirenses que também trabalhavam em Albergaria e a população em geral. O processo de clarificação dos limites do Concelho durava há vários anos, o Tribunal Administrativo reconheceu os limites, a Câmara Municipal de Aveiro terá recorrido para o Tribunal de 2.ª Instância, mas este recurso não foi reconhecido e mantiveram-se esses limites, faltando apenas a publicação, em Diário da República, dos limites definitivos do Concelho de Albergaria, e isso não foi feito pelo Tribunal Administrativo. Sugeriu que fosse a Câmara Municipal a zelar por aquela questão, para benefício do Município. Além disso, na informação que circulava, parecia estar subjacente a pretensão de abolir determinadas portagens na A25, negociações que a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha e todos deveriam estar atentos, pois Albergaria teria todo o interesse naquele benefício. Por fim, manifestou a sua preocupação com os jacintos de água, que voltaram a tomar o Rio Vouga na zona de Frossos, Angeja e noutras Freguesias. ----------

Jesus Vidinha - PS – Usou da palavra referindo-se à recomendação da Delegada de Saúde de Albergaria-a-Velha, dizendo que não se recordava de ver nenhuma intervenção na Assembleia da República com algum deputado no uso da máscara, pensando que o funcionamento da Assembleia da República decorria de acordo com as diretrizes da Direção Geral de Saúde, considerando estar-se perante uma idiossincrasia que respeitava mas com a qual discordava. Continuando, e relativamente à intervenção do Munícipe Hernâni Fernandes, disse que, no que respeita à saúde, o Partido Socialista estará sempre na procura das melhores soluções, que garantam os melhores cuidados de saúde, para o Concelho e para todos os munícipes, acontecendo o mesmo no que respeita aos cuidados de saúde

a prestar nas Freguesias do Baixo-Vouga. Referiu que havia ali uma questão muito bem levantada, que era o problema da mobilidade, sendo que a sua resolução não compete ao Governo, mas sim à Câmara Municipal, tendo já sido prometido há uns anos atrás, mas que demorou a sua concretização e portanto, a dificuldade que por vezes a pessoas têm, o ruído e a insegurança que se criam, resultava muitas das vezes nesta dificuldade de mobilidade ou dos custos que decorrem da sua deslocação à Unidade de Saúde Familiar do Baixo-Vouga, assim como todas as outras. Também se sabe que Ribeira de Fráguas está afeta à Unidade de Saúde da Branca, e essa rede de transportes falta no Concelho tratando-se talvez de uma das prioridades da Câmara Municipal, resolvendo muitos dos problemas de insatisfação das populações no que respeita ao acesso aos cuidados de saúde. Reafirmou que o Partido Socialista procurará sempre auxiliar a Câmara Municipal, como sempre fez noutras situações, no sentido de resolver de forma benéfica para os Albergarienses. Referiu-se também a um outro assunto trazido pelo Sr. Hernâni, que considera fazer todo o sentido, que era a questão da Quinta do Passal: o espaço foi adquirido pelo Dr. Rui Marques, na altura não era o Dr. Rui Marques que estava em exercício, mas sim o Sr. Saúl, tendo sido uma aquisição que criou uma grande expetativa na Freguesia, pois encontra-se numa zona central. Assim, seria uma oportunidade de reforçar a centralidade da Freguesia pois uma coisa que falta nas Freguesias é um centro que se afirme no tecido urbano, e decorridos todos estes anos, mais de uma década e uma vez que o projeto foi transparente, na medida em que foi público, pois foi discutido na Câmara Municipal, presumindo que também o tenha sido com os Membros da Junta de Freguesia, o que se exigiria era que a discussão pública fosse também feita com a população, tal como foi feito na reabilitação do centro cívico de Angeja, e que os arquitetos que desenvolveram o projeto, foram discutir esse mesmo projeto com as populações, e portanto aqui, a Câmara Municipal e o Sr. Presidente ficam a dever no que respeita a este projeto, sendo que o PSD na altura teve essa iniciativa. O que se exigiria era que se desenvolvesse o projeto, o mesmo fosse exposto publicamente no salão da Junta de Freguesia de Alquerubim e que houvesse uma sessão para discutir o que é que os Alquerubinenses pretendem naquele espaço, se é um jardim, se é um jardim com alguma oferta de habitação, que proporcione algum espaço para serviços, para reforçar o comércio naquela zona, reforçar e criar essa centralidade, o que não foi feito e, de certa forma, ainda que se possa ter a aceitação por parte da Junta de Freguesia, recordando que nenhum Presidente se candidata com uma carta branca, de poder fazer tudo, e por isso entendia ser negativo que não tenha sido submetida à opinião dos Alquerubinenses. Recordou ainda que para terem o sucesso pretendido, estas intervenções carecem do envolvimento das pessoas, e se não há envolvimento é evidente que a adesão àquilo que se possa fazer não será aquela que se pretende, ficando sempre ao arrepio da vontade geral da população local. Por fim, referiu-se à questão da Ponte de Angeja como sendo verdadeira, reforçando a intervenção feita pela Membro Municipal Filomena Bastos, que é no fundo o que acontece naquela região do território de Albergaria, havendo um certo usucapião verbal da ponte, ou seja, quando se fala qualquer coisa da ponte do rio Vouga, quem intervém é o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. Presidente da Junta, sendo que a ponte na memória das pessoas, já é Ponte de Cacia, havendo um desvinculo total das pessoas relativamente aquela porção do território, que é território de Angeja e que foi motivo de todo um processo desencadeado por uma Junta do CDS e que está em Tribunal Administrativo para que definitivamente sejam definidos os limites de território, tal como acontece também em outras situações Assim, não se deveria esquecer

que a Ponte de Angeja está no limite do território, porque quando há um acidente quem é chamado é a GNR de Albergaria-a-Velha, assim como quando são chamados os bombeiros, são os Bombeiros de Albergaria-a-Velha, portanto aquela zona é uma parte territorial do Concelho e, politicamente, terá que se afirmar isso. ----------

Presidente da Assembleia Municipal - Usou da palavra clarificando que, quando se pedia a colaboração da Sr.ª Delegada de Saúde, a mesma dava um conjunto de conselhos tidos por pertinentes para a segurança sanitária da Sessão. Um conjunto de conselhos que devia ser seguido enquanto um todo e não por partes. Referiu que eventualmente a Assembleia da República teria outras condições que aqui não existiam, e que era óbvio que quando se tirava a máscara para falar, punha-se em perigo quem estivesse ao redor, pelo lançamento de partículas. Esclareceu que não era obrigatório o uso da máscara, sendo apenas um conselho que, na sua opinião, considerando a indiscutível grave crise sanitária que se atravessa, era um conselho pertinente na tentativa de se protegerem uns aos outros. ----------

Luís Oliveira - PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que concordava com a posição do Membro Municipal Jesus Vidinha relativamente à Freguesia de Alquerubim e à temática da mobilidade que estava em falta no Concelho, entendendo ser necessário outro olhar sobre o assunto. Referiu-se ao serviço de lavagem e desinfeção dos contentores no Município de Albergaria-a-Velha, informando que se observava em diversos locais do Município lixo depositado à volta dos contentores, cheiro nauseabundo a sair desses mesmos contentores, havendo falta de evidências que os mesmos tivessem sido objeto de desinfeção, entendendo que urge a resolução definitiva do problema. A par daquela situação, também se continua a observar a existência de lixeiras na floresta, na qual são depositados diversos tipos de materiais, entre eles resíduos de construção civil e material plástico, sendo urgente uma fiscalização mais apertada e proceder-se à limpeza daquelas lixeiras que eram um mau cartão-de-visita de Albergaria-a-Velha, prejudicando os esforços que se faziam no turismo e degradando o meio ambiente, sendo urgente um esforço neste sentido para que não se deixasse para as gerações futuras uma herança demasiado pesada em termos ambientais. ----------

Lúcia Antão - PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que a Câmara Municipal tinha realizado várias intervenções no património histórico do Concelho, entre eles no Monte de São Julião, na Branca, felicitando o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo Dr. António Silva, dizendo que gostaria que a Assembleia fosse informada sobre que tipo de materiais foram encontrados, que estruturas existiam no Monte de São Julião, onde estariam acondicionados os materiais encontrados e se por acaso existiria algum protocolo, ou se se pensaria realizar algum protocolo com a Junta de Freguesia da Branca para tal efeito e ainda se a Câmara Municipal terá algum plano para a dinamização do local. ----------

Martinho Silva - CDS/PP – Usou da palavra, referindo-se à poluição no Rio Caima, pois este ano o seu estado tem sido dramático. Lembrou terem sido feitas muitas intervenções, inclusivamente na Assembleia da República, desde 2015, ano em que uma petição foi passada à Agência Portuguesa do Ambiente, sem qualquer resultado. Em 2018, a Deputada Helga Correia, do PSD, solicitou ao Ministro do Ambiente, esclarecimentos sobre o assunto, desconhecendo se os mesmos foram prestados. Referiu-se a uma resolução da Assembleia da República sobre o assunto, que é a 78/2019, assinada por todos os partidos à exceção do PS, mas que não passou de uma Resolução. Em Maio de 2020, o rio tinha assumido uma poluição violentíssima, sendo que o único partido que demonstrou alguma

preocupação foi o Partido Ecologista Os Verdes, tendo também questionado na Assembleia da República, cujas respostas desconhece. Em junho também esteve no local o Bloco de Esquerda e também levou o assunto à Assembleia da República. Novamente em julho, a Deputada Helga Correia colocou precisamente esta questão sobre o rio, e igualmente, não conhece as respostas. Em julho de 2020 houve uma nova Petição Pública e desta vez com bastantes mais assinaturas do que da vez anterior. Continuando, referiu-se à Associação de Municípios das Terras de Santa Maria como sendo a detentora da ETAR de Ossela, que embora não seja propriamente a ETAR que seja a fonte de poluição, são as empresas a montante que injetam no saneamento doméstico produtos químicos, e obviamente a ETAR não consegue decompor os resíduos líquidos que lá chegam. Em julho de 2020, o Deputado João Almeida, do CDS, questionou diretamente o Sr. Ministro do Ambiente sobre aquela situação, pois curiosamente ou não, quem geria aquele espaço era a Luságua, que estaria a enviar diretamente para o rio, pois basicamente a água entrava na ETAR e saía para o próprio Rio Caima, podendo aí observar-se espuma com cerca de três metros de altura. Informou que a SIC Notícias esteve no local a fazer uma reportagem que foi exibida no Jornal da Tarde. Referiu que nem em Lisboa se conseguia demover aquelas pessoas e ele próprio e outras pessoas preocupadas com a questão do ambiente, não percebiam o que se estava a passar, porque eram informados que a fonte da poluição não era conhecida. Relativamente a esta matéria, disse julgar ser fácil, através de testes laboratoriais, determinar o tipo de poluição, identificando o tipo de indústria que a causava, entendendo no entanto não haver interesse nesta identificação. Em face do exposto, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a Associação Terras de Santa Maria já teve a amabilidade de comunicar à Câmara de Albergaria o ponto de situação, e qual a sua atuação, porque o Concelho de Albergaria se encontra a ser fortemente penalizado, sendo o estado do rio francamente mau. Concluiu a sua intervenção lamentando esta situação, porque o município tem dois rios dos mais limpos do distrito de Aveiro - o Rio de Telhadela e o de Ribeira de Fráguas e o Caima, que é dos mais poluídos. ----------

Ludovina Silva - PS – Usou da palavra referindo-se à campanha de esterilização para animais de companhia que estaria a decorrer até dia 25 de novembro e que era um apoio do Governo, mais propriamente do Ministério da Agricultura, que comparticipava parcialmente os munícipes que queriam fazer essa esterilização. Dirigiu-se ao Sr. Presidente, dizendo que saberia que com todas as dificuldades que muitas famílias atravessavam, o apoio financeiro era bom, mas era manifestamente insuficiente, exemplificado que, por exemplo, a esterilização de uma gata ronda os 150,00€ se não envolver mais consultas prévias. A estes 150,00€ acresce o chip obrigatório, uma vez que esta esterilização tem que vir acompanhada do registo do animal para que se possa concorrer à campanha. Este valor rondará por baixo, os 20,00€, falando-se já de um valor de 170,00€, sendo o apoio para este caso concreto de 35,00€. Desta forma, a esterilização fica por mais de 130€, o que é ainda um valor muito elevado. Disse ainda ter conhecimento que há Municípios que conseguem associar-se a este apoio do Governo, conseguindo com que a esterilização seja gratuita ou muito mais apoiada financeiramente. Questionou se a Câmara não pretendia associar-se a aquele apoio, para que os munícipes pudessem também aderir com mais facilidade. Por outro lado, referiu que esta campanha não resolvia um problema crescente no Município, os animais errantes, uma vez que para aderir à campanha, é obrigatório fazer o registo dos animais. Seguidamente referiu-se ao início do ano letivo, que foi atribulado, dado as atuais contingências, que obrigaram à reformulação dos horários escolares

dos alunos, fazendo com que muitas famílias ficassem sem grande apoio para o transporte dos alunos às escolas que passaram a ter horários muito diferentes daqueles que eram habituais. Desta forma, questionou se os transportes escolares estariam assegurados em todas as Freguesias e lugares mais remotos das Freguesias de forma a assegurar que todos os alunos conseguissem chegar à escola pelo menos ao primeiro tempo da manhã e ao primeiro tempo da tarde e sabendo que, nem todos entrariam no primeiro tempo da manhã nem no primeiro tempo da tarde, o que é que estaria a ser feito para assegurar a segurança daquelas crianças, uma vez que era de evitar que estas entrassem no espaço escolar antes do início das suas atividades. Questionou também se os Agrupamentos de Escolas e a Câmara tinham conseguido pensar numa solução viável, garantindo a segurança dos alunos mesmo em tempo de pandemia, evitando que ficassem na rua até à hora das suas aulas. Por fim, referiu-se à estrada de acesso a Alquerubim, a partir dos Armazéns da Câmara, que julga ser municipal, a qual é frequentada por pessoas a pé, não possuindo uma única berma, verificando-se que, à passagem de veículos pesados, por vezes os peões não têm outra solução se não desviarem-se para os eucaliptais. Questionou assim se estaria pensada alguma intervenção em Alquerubim para garantir a segurança das pessoas, uma vez que se fala tanto em mobilidade sustentável. ----------

Paulo Silva - CDS-PP – Usou da palavra dizendo que também acompanhava as palavras do Membro Municipal Jesus Vidinha, entendendo ser ridículo o uso da máscara durante a intervenção, desconhecendo se a médica ou profissional de saúde esteve no local, porque a distância que se tinha entre todos era enorme, e portanto, achava razoável a utilização da máscara mas, estando a falar, não seria bom para a saúde, porque toda a gente sabia que havia um retorno do ar. Referiu que existem nesta matéria contradições que ninguém entendia. Disse ainda concordar plenamente com a intervenção do Membro Municipal Martinho Silva, indo até mais longe, pois a questão da poluição do Rio Caima era claramente um atentado no que diz respeito ao Município, um atentado que era não só aos recursos naturais, naquele caso o Rio Caima e as suas margens, mas também um atentado ao programa da própria Câmara Municipal. Hoje a Câmara Municipal tem um programa muito ligado ao Turismo Rural e ao Ambiente e exigia-se do Município, daquele Executivo, que tomasse medidas muito mais drásticas, relativamente aquelas emissões de poluentes no Rio Caima, seja a montante ou a jusante, referindo que caso se verificassem algumas mortes de animais no canil seria muito mais notícia, tal como se verificou em Santo Tirso, mas a verdade é que o ambiente é muito mais que isso, o ambiente era também os vários rios, que se mantém poluídos durante anos e anos, causando um impacto ambiental, não se consumindo na morte de um gato ou de um cão ou de outro animal. Concluiu dizendo que a verdade é que se trata de uma situação gravíssima, que atenta contra aquilo que são os interesses do Município, aquilo que eram os planos do Município, seja aquele Executivo ou outro e contra a biodiversidade, tratando-se de um crime ambiental, previsto no art.º 268.º do Código Penal, pelo que após participação da Câmara Municipal e de todo o tipo de iniciativas que o Executivo pudesse fazer, as autoridades tinham o dever de averiguar, de abrir inquérito e de perceber de onde é que vêm aquelas emissões, concordando com o Membro Municipal Nuno Jesus quando mencionou que não será propriamente difícil identificar a sua origem. Disse entender existir um problema que claramente era alheio ao Município e aos Albergarienses, relativamente ao apuramento de responsabilidades, mas a verdade é que tinha a obrigação de fazer com que isso acontecesse, tendo em conta a importância da matéria. Referiu que gostaria que o Executivo, na próxima Assembleia

Municipal, informasse quais as medidas que foram tomadas relativamente a este ponto, que se reveste de extrema importância. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, voltando a informar que a manutenção da máscara no uso da palavra era facultativo, era um conselho, e que para ele, enquanto médico com longa experiência clínica, fazia todo o sentido, mas o seu uso não era obrigatório, era opcional. ----------

Herculano Caetano - CDS-PP – Usou da palavra referindo-se ao tema da mobilidade, que era uma preocupação que todos tinham, começando por felicitar o Executivo pelos transportes escolares gratuitos para todos, que considerou uma boa iniciativa. Informou que, de acordo com a Lei n.º 52/2015, a Câmara delegou as suas competências no âmbito dos transportes na Comunidade Intermunicipal, tendo havido na assembleia daquela Comunidade Intermunicipal uma longa discussão sobre aquele tema, na qual foram colocadas algumas preocupações relativamente à forma como iria ser desenvolvido todo o processo. Referiu que, enquanto Membro da Assembleia da CIRA, tem dado o seu contributo e que naquilo que está previsto no concurso da CIRA, ainda assim, a Câmara de Albergaria previu a existência de serviços no corredor do Baixo-Vouga. Se o concurso da CIRA não tivesse ficado deserto, Albergaria teria neste momento já uma solução para estes territórios, no entanto, existe um problema de base nos pressupostos do concurso lançado pela CIRA que terá de ser ultrapassado antes do relançamento do mesmo. Indicou que tem a noção de que o Executivo está a trabalhar num enquadramento que permita criar uma solução de mobilidade, com o envolvimento da AMT, que responderá a esta necessidade enquanto o concurso da CIRA não esteja concluído. Ainda assim, considera, no seguimento da intervenção que teve naquela altura, que seria necessária uma intervenção mais incisiva, apesar de a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha ter enviado uma comunicação para a CIRA na sequência dos alertas que lançou naquela altura. No entanto, se o concurso não tivesse ficado deserto, grande parte do problema já estaria resolvido. Até ao lançamento do novo concurso da CIRA deveriam ser pensadas soluções inovadoras, adequadas à nova realidade, e realizado o necessário enquadramento e acompanhamento, isto se esse tema ainda não se encontrar fechado. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra referindo-se ao tema da saúde na região do Baixo-Vouga, dizendo que não o surpreendia que o Munícipe Hernâni Fernandes tenha referido o desagrado da população, uma vez que não existem meios e que a forma de funcionamento das Unidades de Saúde não se coaduna, uma vez que o que se verifica é que a Unidade de Saúde de São João de Loure tinha sido desmantelada, tendo sido retirado um investimento avultado que a Câmara Municipal recentemente aí tinha feito. Frossos foi também desmantelado o que não o surpreendia, surpreendendo-o sim a estratégia para a saúde naquela região do Município, onde englobava obviamente as quatro Freguesias. Lembrou que a Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos tem vindo a alertar há seis anos para a possibilidade de encerramento daquela Unidade de Saúde, apontando caminhos quer para aquilo que possa ser o desígnio futuro como algumas soluções para a própria mobilidade naquela região. Referiu ainda que uma das grandes preocupações residia na última comunicação que foi estabelecida com o Secretário de Estado da Saúde, no passado mês de agosto, afirmando que aquele e-mail fazia lembrar quando se chamavam os bombeiros a fazerem o rescaldo. Questionou, face ao momento, sabendo que se perdeu muito, que se perdeu população e que o Município está a perder oportunidades, qual seria a estratégia do Município para aquela região do

território relativamente às questões da saúde. ----------

Arménio Silva - CDS-PP – No seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Junta de São João de Loure, propôs uma intervenção mais aberta e reflexiva, considerando que este não será o momento para criticar a estratégia que foi definida para a saúde. Foi uma estratégia, que poderia estar errada como poderia estar certa, e que seria sempre avaliada, mas neste momento entende que, independentemente da estratégia, houve um caminho que foi seguido e que continua, sendo certo que, na zona sul do concelho, aquelas quatro Freguesias tinham agora o problema resolvido. Desta forma, pensa que será altura de se refletir, porque foram resolvidas uma série de questões. Referiu que fechou Alquerubim e Alquerubim seria uma das razões para ainda se justificar estar em Angeja, porque daria cobertura total. Posteriormente Alquerubim reabriu, fechando Frossos, como todos sabem, ressalvando que provavelmente a população de Frossos não estaria descontente de ter o centro de saúde ou unidade de saúde em Angeja, por ser muito próximo, mas atualmente estava resolvida a questão. Se Alquerubim, São João de Loure e Frossos já não tinham Unidades de Saúde, agora, visto que existe um terreno que a Junta de Freguesia já se predispôs a oferecer à Câmara Municipal, a única questão será a centralidade, entendendo que não se trata de estratégia nem de política, como referido pelo Sr. Presidente da Junta, mas sim de assegurar o melhor serviço aos munícipes. E nesta perspetiva, se todos fossem corretos, numa análise transversal, só havia uma solução. Na realidade já existia uma Unidade de Saúde constituída, mas havia apenas uma estrutura física de apoio transitória e o espaço existente não seria suficiente para a construção da Unidade de Saúde Familiar. Existindo um espaço em São João de Loure que era cedido gratuitamente, se a centralidade ali era um dos fatores cruciais, em seu entender, em termos de estratégia, estaria decidido onde seria a próxima Unidade de Saúde Familiar, em termos de estrutura física, visto que a estrutura técnica já existia. Lançou um repto ao Executivo e a todos os Membros Municipais para que se refletisse, pois estaria na altura de se começar a pensar que, dadas as circunstâncias, independentemente da estratégia, que também apoiou, mas que tomou um caminho diferente daquele que foi pensado inicialmente, podendo agora refletir-se de outra forma. Disse ainda entender que os munícipes poderiam ainda ter ali uma palavra, alargando a consulta, mas entendendo que, pela centralidade, São João de Loure seria a melhor opção para a permanência daquele polo da Unidade de Saúde. ----------

Presidente da Assembleia Municipal - Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que passaria a palavra ao Dr. Delfim para começar a responder a algumas questões. ----------

Vereador Delfim Bismark – Usou da palavra referindo-se à intervenção da Membro Municipal Filomena Bastos sobre as declarações do Sr. Presidente da Câmara de Aveiro e da responsabilidade das Câmaras. Referiu que havia imprecisões no relatado, que foi o que foi notícia no Diário de Aveiro, havendo no entanto outros factos, clarificando que a questão começou com uma entrevista do Sr. Casimiro Calafate, ex-Presidente de Junta de Freguesia de Cacia, na qual afirmou que a Ponte de Cacia oscilava, que estaria em risco e alertava para os perigos. Na sequência disso, o Sr. Presidente da Câmara de Aveiro veio prestar declarações, depois vieram outras pessoas que fizeram os mais variados comentários, esquecendo-se que no final de 2019, houve um alerta de um munícipe via e-mail, tanto para Câmara de Albergaria como para a Câmara de Aveiro, e crendo que também para mais pessoas, no qual relatava que a ponte oscilava e chamou a atenção para o estado da ponte. Referiu

que a autarquia solicitou aos seus serviços técnicos uma vistoria à ponte, que foi feita e ficou garantido que estaria em ordem. Nessa altura, foi enviado pela Câmara de Albergaria à Infraestruturas de Portugal um pedido de vistoria, tendo também reunido com a Junta de Freguesia, mas, após a realização da vistoria, todos ficaram mais tranquilos. Foi no entanto remetido para o IP a cópia do e-mail, para que fizesse o seu trabalho, uma vez a Ponte não é da Câmara de Albergaria, sendo da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Referiu ainda que Aveiro lançou a questão por mediatismo, esclarecendo que a ponte nunca foi de Cacia, sempre foi de Angeja. Antes daquela existiu outra, que também era de Angeja, e em toda a documentação oficial chama-se Ponte de Angeja. Naturalmente, como existiam algumas divergências quanto aos limites territoriais das Freguesias, a população de Cacia, tentava sempre ir pondo mais lenha na fogueira. Referiu ainda que em 2002 a Junta de Freguesia de Angeja, conforme muito bem disse o Dr. Vidinha, solicitou ao IGP a retificação dos limites cartográficos do território, foi um processo longo, que demorou anos a concluir, vindo o IGP a dar-lhe razão em 2005, procedendo ao encerramento do processo, com a delimitação e marcação dos limites administrativos, e o relatório final deu razão a Angeja. A Câmara Municipal de Aveiro e a Freguesia de Cacia recorreram em 2005 e em 2017 e o Tribunal Administrativo de Viseu julgou improcedente a ação, voltando a dar razão a Angeja. Esclareceu ainda que neste momento os limites são geridos por Angeja, lembrando que estes esclarecimentos já haviam sido prestados nesta Assembleia há menos de um ano, encontrando-se em ata. Concluiu a sua intervenção relativamente a este ponto afirmando que não havia questões quanto aos limites com Angeja. No que se refere à intervenção do Membro Municipal Dr. Jesus Vidinha sobre uma notícia que vinha no JN com declarações suas, esclareceu que a referida notícia não era sobre a Foz, mas sobre uma série de limites do Concelho de Albergaria, como Cavada Nova e Soutelo, e de outros concelhos, que não estariam corretos. Referiu ainda que os limites dos Concelhos são efetuados pela Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP, que é uma entidade administrativa que delimita os Concelhos muitas vezes com linhas reta, e o que acontecia, por exemplo, na Foz, era que as pessoas que tinham casa registada em Albergaria, faziam a sua vida e votavam em Albergaria, e, quando necessitavam de fazer obras na casa, verificavam que a casa estava no PDM de Sever do Vouga. O mesmo acontecia na Cavada Nova, relativamente ao PDM de Águeda. Esta situação verificou-se em vários locais, não apenas entre Albergaria e os municípios limítrofes, mas por todo o país, porque houve uma delimitação mal feita dos Concelhos. Relativamente à Quinta do Passal e à centralidade da Freguesia, referiu que foram ponderados vários aspetos: a Quinta do Passal foi adquirida pelo pela Câmara Municipal, há mais de vinte anos, durante o mandato do Dr. Rui Marques, sendo um desejo antigo da Freguesia. Foi elaborado o projeto, que demorou anos, e foram ouvidas várias pessoas. Foi aprovado, divulgado na imprensa e quem quis, veio à Câmara Municipal consultar o projeto, vieram cidadãos de Alquerubim, alguns até descendentes de Alquerubinenses que tinham lá casas de fim-de-semana e que deram o seu contributo. Portanto, não houve uma discussão pública, mas houve pessoas que vieram inteirar-se do projeto e saber o que ia ser ou o que poderiam sugerir. O Membro Municipal Jesus Vidinha referiu o GTL de Angeja, dando a Praça de Angeja como exemplo. No entanto, a Praça de Angeja foi feita no âmbito de uma candidatura comunitária a um Gabinete Técnico Local (GTL), que obrigava a isso mesmo, vários técnicos em diversas áreas, uma equipa multidisciplinar, que desenvolvesse um trabalho sobre uma determinada área, e que no fim o apresentasse numa sessão pública, e que houvesse um

período de discussão pública: Neste caso, trata-se de um projeto da Câmara Municipal no seu território. Lembrou que nunca houve uma discussão pública como a sugerida para o Cineteatro, para o Centro Cultural da Branca, para o Centro Cultural de São João de Loure ou para qualquer edifício. Disse ainda compreender que seria excecional pôr todos os projetos a concurso a discussão pública, tratando-se no entanto de um procedimento utópico, que acarretaria enormes atrasos nos processos, porque haveria imensas opiniões diferentes e de difícil conciliação, e, decorridos vários anos, as obras continuariam por executar. Referiu que muitas vezes a utopia era inimiga da realização, por isso é que os executivos anteriores também não lançaram aqueles projetos a público com aquela amplitude de discussão, porque senão, não era possível materializá-los. Relativamente ao Monte de São Julião, informou que estava no sexto ano consecutivo de escavações arqueológicas, a par do Centro de Arqueologia de Arouca, através de projetos trianuais que eram renovados com a aprovação do IPA. Os achados, de acordo com a Lei, ficam à guarda da equipa responsável até ao fim do projeto final, no fim do projeto final ficam no IPA e, após a conclusão do projeto, o IPA ou fica com a sua guarda ou, caso os Municípios tenham condições, passarão para a guarda dos Municípios. Uma vez que o projeto ainda não terminou, não se coloca ainda aquela questão, encontrando-se os achados à guarda do Centro de Arqueologia de Arouca. Esclareceu ainda que, relativamente a projetos futuros, havia a intenção da Câmara Municipal criar no local um Centro de Interpretação da Natureza, envolvendo a BioLiving, que já está no terreno e que também já tinha apresentado ideias. Informou também que no corrente ano a escavação foi reduzida, uma vez que não pôde contar com voluntários, tendo apenas uma equipa pequena de arqueólogos, tendo-se aproveitado para fazer certo tipo de estudos, quer dos achados, quer do local, pois tinha a ver com fósseis, com carbonos e com outro tipo de análises mais químicas, sendo altura da BioLiving entrar no terreno para começar a ver o que é que se podia fazer para apresentar um projeto futuro. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou fosse dada a palavra à Vereadora Catarina Mendes. --

Vereadora Catarina Mendes – Usou da palavra referindo-se à reabertura do ano letivo e concretamente no que refere aos transportes, dizendo que, em primeiro lugar, como já tinha sido dito, a Autoridade de Transportes era a Autoridade Intermunicipal que supervisionava e que no terreno e em reuniões prévias de articulação preparava toda aquela rede de transportes escolares com tempo, ouvindo e recolhendo toda a informação necessária para implementar os circuitos e também responder às necessidades e ao direito dos cidadãos. Referiu que aquele processo ainda estava em aperfeiçoamento, já numa fase final, porque, sendo um ano atípico, havia algumas reservas, primeiro, quanto à reorganização das escolas para o arranque do ano letivo. Depois dessa reorganização, ao nível de horários de funcionamento e não só, haveria de acautelar uma outra situação que tinha a ver com o número de alunos que requereriam o passe escolar ou requereriam o transporte, portanto, havia uma imprevisibilidade àquele nível, tendo em conta que, por razões várias, poderia haver uma variação grande. Feito todo aquele trabalho, decidiu-se, em conjunto com os técnicos municipais, com a participação destes técnicos em várias reuniões com Autoridade Intermunicipal, que as duas primeiras semanas de aulas seriam para conseguir todos os elementos já numa componente operacional deste processo e seriam de “afinação” de toda esta rede de transportes, e era o que estava a acontecer no momento. Quanto a alguma discrepância que pudesse existir entre horários de transportes e horários escolares, não sendo a situação ideal, era uma situação que poderia acontecer mas que seria uma

dificuldade das escolas e que teria que ter uma resposta eventualmente conjunta das escolas e do próprio operador. Isto para dizer que, com certeza que os Agrupamentos de Escolas estariam também dispostos a criar soluções para alguns desfasamentos que se possam verificar, procurando-se as melhores soluções para as necessidades dos alunos. Referiu ser evidente que ali se poderiam descartar responsabilidades porque elas ficavam-se pelos transportes, tratando-se de alunos do 2.º e 3.º Ciclo e Secundário, mas não estavam a ser descartadas, estando a autarquia atenta, referindo que ela própria tem passado nas escolas diariamente para verificar como se está a processar o acesso dos alunos às escolas. Referiu que efetivamente, nos primeiros dias ocorreram situações mais confusas, mas dentro do que é normal, acontecendo todos os anos. Disse haver ajustes a fazer, que estavam a decorrer, esperando-se que dentro de mais uma semana tudo ficasse mais concertado, porque entretanto decorreria mais uma reunião com a Autoridade de Transportes para fechar todo aquele assunto. Relativamente ao facto de os alunos estarem fora da escola e andarem pelas ruas e pelos espaços que não são escolares, informou que as escolas delinearam e desenharam os seus planos de contingência e os seus planos de atuação conforme orientações superiores e conforme os próprios guiões para tal. Claro que existem situações que a escola não pode controlar, como o facto de os alunos que não entrarem no portão da escola, permanecendo do lado de fora e que eventualmente teriam tendência a circular pelas ruas e pelas proximidades e até a deslocarem-se para o centro da cidade e não só, referindo que isso acontecia, efetivamente, tendo sido reportados casos de grupos de alunos com comportamentos indevidos, em ajuntamentos sem máscara, a circular pela cidade e outros comportamentos a isso associados. Informou que a autarquia estará atenta a estas situações, sendo a GNR extremamente colaborante, tal como a Escola-Segura. Informou ainda que se tem debatido este assunto nas reuniões, designadamente na reunião da Comissão Restrita da Proteção Civil, com a Delegada de Saúde e aberta aos Agrupamentos de Escolas, sabendo da intervenção da GNR também nas zonas envolventes às escolas, não invalidando que tenham havido relatos de situações anormais de ajuntamentos e não só, de comportamentos de crianças e de jovens, mas também de adultos. Referiu que o que restava era fazer um apelo às famílias para que supervisionassem, acompanhassem e que estivessem atentos aos percursos dos seus educandos, e sobretudo, articulassem com as escolas para saber dos seus horários, do cumprimentos das refeições, do acesso às mesmas, porque muitas vezes, nesta fase os alunos experimentavam outras formas de refeição, andavam pelas ruas, sendo práticas que não eram saudáveis, e que também os podiam expor a outros perigos. Concluiu a sua intervenção referindo-se à questão dos transportes, dizendo julgar que ficaria fechada e resolvida dentro de alguns dias, com a colaboração de todos, do Município e dos Agrupamentos de Escolas, no envio atempado da documentação e da informação necessária e com os técnicos municipais e também em sede da Autoridade Intermunicipal de Transportes. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra começando por esclarecer o Membro Municipal Luís Fernando em relação ao lixo, dizendo que neste aspeto Albergaria é neste momento uma referência, não existindo comparação com o que se verificava há uns meses atrás. Não deixando de dar razão ao Membro Municipal, referiu entender que não será pelo facto de um contentor não ser lavado, no meio de 1500, que se poderá falar de um mau serviço. Tendo atualmente todo o Concelho uma boa recolha de lixo e os contentores limpos, novos e lavados. Além da troca, de 350 contentores novos que foram colocados, houve também um reforço de ecopontos distribuídos por todas as

Freguesias. Implementou-se a recolha porta a porta que não existia anteriormente, e que iria também estender-se à Freguesia da Branca. Informou que existiam atualmente mais 150 estabelecimentos em Albergaria com recolha porta a porta, sendo que nos últimos dias tinham-se recolhido 31,7 toneladas de vidro, 38 toneladas de papel e 31 toneladas de embalagens. Também se criou um outro serviço que não existia, a receção de resíduos nos Armazéns Municipais, tendo já sido rececionados 19 toneladas de monos, 19 toneladas de sucata leve, 5 toneladas de madeiras, restos, desperdícios, paletes, 9,8 toneladas em pneus, mais de 2,5 toneladas de resíduos de obras, e mais de 5 toneladas de verdes nesse local. Este projeto vai ao encontro daquilo que o Membro Municipal Luís Fernando tinha referido, que são os maus comportamentos dos cidadãos, estando-se desta forma também a sensibilizar e corresponsabilizar o cidadão comum, criando condições para que não exista justificação para as pessoas depositarem resíduos na floresta ou nos terrenos agrícolas, porque agora estes são recebidos pela Câmara Municipal. Pretende-se que se inicie nos armazéns e posteriormente estender às Freguesias. Referiu ser um serviço que a Câmara disponibilizava à população, sendo com agrado que falava de uma melhoria contínua da limpeza de todo o Município. Também deu conta da colaboração de todas as Freguesias neste processo, agradecendo a todos os Presidentes de Junta os esforços encetados no que se refere a limpeza de valetas e passeios e aos colaboradores da Câmara Municipal, pois já há muito tempo que não se via um território tão limpo, mesmo com as dificuldades que todos atravessam, sendo um motivo de orgulho. Disse ainda que este patamar de exigência de qualidade seria para manter, bem como o conjunto de serviços que a autarquia disponibiliza atualmente ao munícipe, que não existiam, tanto em termos de receção destes desperdícios como inclusivamente na recolha porta a porta. Seguidamente referiu-se ao assunto da mobilidade, complementando a informação prestada pelo Membro Municipal Herculano Caetano, dizendo que foram lançados três concursos, os quais ficaram desertos. Referiu que houve um esforço do Município no sentido de reduzir as exigências e aumentar o valor, tendo ficado três concursos desertos. Em relação à intervenção da Membro Municipal Ludovina Silva relativamente aos passeios da Estrada 16-2, referiu ser uma Estrada Nacional e mesmo sendo uma Estrada Nacional e considerando que o Estado não efetuava qualquer intervenção, a Câmara Municipal tinha previsto em orçamento a construção de passeios junto às habitações existentes em Assilhó, no sentido de Alquerubim, ponte da A25, substituindo-se à Infraestruturas de Portugal. Em relação ao problema do canil, informou que seria discutido mais à frente, nas alterações ao orçamento, sendo que o Município de Albergaria tinha apresentado uma candidatura, que foi aprovada, referindo ser importante dizer que a candidatura foi aprovada, mas o Governo esqueceu-se do envelope financeiro, não tendo transferido o valor que competia a Albergaria. O Município de Albergaria fez o seu trabalho, foi dos 50 Municípios portugueses que apresentou uma candidatura que foi aprovada, mas depois o Governo não cumpriu com a sua palavra no que respeita ao financiamento o que impediu a resolução de grande parte dos problemas. Em relação à saúde, respondendo ao Membro Municipal Arménio, informou que Alquerubim não fechou, e espera-se que o Governo cumpra com a sua palavra, pois existia uma estratégia, e alguém teria de a assumir. Clarificou que não se tratava só de uma questão de instalações, pois Ovar tem algumas instalações excecionais e neste momento tem quatro Unidades de Saúde Familiar encerradas. Indicou ainda que em Águeda existem duas Unidades de Saúde, estando uma aberta e na outra efetuavam o atendimento pela janela. Em Aveiro, muitas estarão também fechadas, tal como se verifica em todo o distrito e em todo o país.

Trata-se portanto não apenas de uma questão de instalações, mas de funcionamento, existindo uma responsabilidade, que assumiria politicamente, não sendo por falta de estratégia ou de esforço, de dedicação e entrega no sentido de dar resposta a toda a população. Referiu que sempre houve uma preocupação do Executivo relativamente ao transporte para as pessoas que tinham dificuldades, tendo tido uma reunião, na qual obteve a colaboração de instituições que colaboram com o Município naquela resposta, pelo que atualmente o problema de saúde não é uma questão de falta de transporte. Referiu que não se iria agradar a toda a gente, mas que terá de se lutar para assegurar uma resposta cabal às pessoas que necessitam e o Município tem-se pautado por garantir, acima de tudo, uma resposta de saúde a toda a população, não sendo por mais ou por menos um quilómetro que as pessoas irão deixar de ter o seu tratamento, não sendo por falta de resposta de transporte, mas sim por falta de resposta clínica. E aqui sim, reside o principal e grave problema, que causa esta situação por que todos passam há vários anos, e atualmente é agravada pela COVID 19, sendo que esta não pode servir de desculpa para tudo o que se está a passar. Relativamente aos jacintos de água, esclareceu a Membro Municipal Filomena Bastos, que já se realizou uma reunião com o Sr. Presidente da Junta, Hélder Brandão, a quem agradeceu, referindo que têm trabalhado sempre com a Junta e brevemente iriam mitigar aquele problema, existindo uma grande preocupação nessa matéria. Concluiu a sua intervenção indicando os melhoramentos que tem sido feitos relativamente às margens, em relação aos arranjos que foram feitos, informando que em São João de Loure e em Angeja, nunca tinha havido tanto investimento, nunca tendo existido um investimento tão significativo no Baixo-Vouga lagunar como o que atualmente se verifica. ----------

Arménio Silva - CDS-PP – Usou da palavra dizendo, relativamente aos jacintos, esperava-se que o São Pedro mandasse um bocadinho de chuva que era capaz de resolver o problema, como já resolveu o ano passado. Relativamente ao lixo e à recolha dos resíduos, referiu entender que nos últimos meses se verificou uma mudança de tal ordem que teria de se dar os parabéns não só ao Executivo da Câmara, pelas atitudes que tem tomado na recolha do lixo mas também a todos os Membros Municipais daquela Assembleia, pois todos participaram na mudança e todos aprovaram, julgando que por unanimidade, uma mudança para aquele novo sistema, que custava o dobro ou sensivelmente mais do dobro, de recolher cada quilo de lixo. Portanto, todos foram unânimes na mudança, ou perspetivando a mudança, e a mudança fez-se sendo visível em todo o Concelho, pois andando de norte a sul, verifica-se que o Concelho está limpo efetivamente, os contentores estão limpos, realçando o facto de que a Câmara aproveitou aquela mudança para colocar alguns contentores novos ou reforçar a recolha. Referiu que se notava que o Concelho estava mais limpo efetivamente, não só pelo lixo mas também as bermas, o que era de realçar. No que se refere à sua intervenção sobre a estratégia para a saúde, esclareceu que tinha dito que a estratégia do Executivo ou da Saúde ou de quem tutela a Saúde no Município, poderia ser uma estratégia que, aqui chegados, não era a que todos queriam, pois com certeza teriam uma outra estratégia, mas o resultado que se tinha, não era o que se esperava. Referiu que todos esperavam que abrisse Valmaior e não abriu, sendo que em Alquerubim tudo indica que não vai abrir e, falando-se de factos, e a verificar-se que Alquerubim permaneça fechado, dever-se-á refletir na centralidade, sendo esse o seu repto. Disse ainda que caso a decisão seja outra, pelo menos que se pense na mobilidade a sério, pois todos são conscientes, quando se tem de ir ao hospital a Aveiro, vai-se, efetuando-se uns 15km, 20km, pois quando se tem uma situação grave, todos preferem um hospital

a uma clínica privada, pelo que continuará, de certeza necessidade de efetuar deslocações de 15Km ou 20Km, mas é necessário pensar na questão da centralidade. Referiu-se ainda a uma notícia que que indicava ser a estrutura do sul da USF se encontrava no top dez do ranking das USF's do Baixo-Vouga, parecendo-lhe notável, que aquela estrutura tenha conseguido, no espaço de alguns meses, sem estrutura física, uma vez que só dispõe de estrutura técnica, estar no top dez do ranking das USF's do Baixo-Vouga, concluindo que aquela equipa estará de parabéns e apelando ao Executivo que desenvolva esforços no sentido de ser criada a estrutura física que aquela equipa merece para o Baixo-Vouga, preferencialmente na centralidade de São João de Loure e Frossos. Referiu ainda que no mesmo boletim oficial verificava-se que a USF de Albergaria (D. Teresa), se encontra quase no último lugar do ranking do Baixo-Vouga. ----------

Luís Oliveira - PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que era evidente que ficava agradado com a evolução, relativa à recolha de resíduos urbanos, considerando no entanto que as questões que levantou e que continuam a existir eram de urgente resolução. Referiu que as eventuais explicações poderiam ser muitas, e uma delas, poderia ser o aumento de tonelagem de resíduos sólidos urbanos que estavam a ser recolhidos, e caso seja essa, a solução passaria eventualmente por um aumento do número de dias de recolha. Também referiu que ainda existiam lixeiras nas florestas, não obstante o Sr. Presidente ter promovido, e bem, a recolha nos Armazéns Municipais, mas ainda existiam e deveriam ser alvo de uma resolução para que não aumentassem. ----------

Lúcia Antão - PPD/PSD – Usou da palavra, lembrando, no seguimento do que foi dito acerca do Centro de Intervenção da Natureza e do envolvimento da associação BioLiving, que na Branca existe uma associação também ligada ao património, que é a Auranca, que também deveria estar a par dos desenvolvimentos. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra dizendo que lhe parecia inevitável, e por tudo quanto já tinha sido dito, que o modelo futuro da saúde no Município, seria o modelo a três, sendo de opinião que todos se deveriam preparar para isso, sendo pró-ativos, ouvindo as partes que compõem aqueles três grupos. Referiu que era importante o ranking, pois tinha a ver com a vontade do querer da equipa, sendo que o Beira-Vouga tem uma equipa de profissionais de mão cheia, considerando importante que o Executivo os ouça. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra expressando o seu agrado por aquela intervenção, dizendo que era necessário pensar numa forma de "seleção", naquele caso, do território de Albergaria-a-Velha, referindo a mudança de atitude verificada, uma vez que atualmente já realizam reuniões de trabalho conjuntas. Disse ainda entender ser necessário ouvir toda a gente, e acima de tudo, ouvir a população e respeitá-la, para saber qual o seu interesse. Relativamente ao Monte de São Julião, solicitou que fosse dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. ----------

Vereador Delfim Bismark – Usou da palavra, respondendo à Professora Lúcia Antão, dizendo que existia de facto uma associação de defesa do património na Branca que era a Auranca, mas que não tinha capacidade técnica para uma escavação arqueológica. De qualquer maneira, estava a par do que estava a acontecer, pois na última reunião havida com os técnicos, na qual foi feito o ponto da situação, esteve presente a Presidente da Associação. ----------

Presidente da Câmara Municipal – **Presidente da Câmara Municipal** – Usou da palavra dizendo, em relação aos resíduos urbanos, que a mudança de mentalidades iria demorar algum tempo,

exemplificando que recentemente houve um camião de recolha de lixo que esteve em risco de se incendiar, por terem sido depositados palha e pneus, sabendo as pessoas perfeitamente que não podem colocar este tipo de resíduos nos contentores. Para promover a mudança de mentalidades será importante dar continuidade à sensibilização que já é efetuada, apelando-se através de flyers, no Facebook da Câmara, com mais informação e apostando essencialmente na educação nas escolas uma vez que se trata de um problema educacional. Referiu que todos teriam a perceção que seria um longo caminho a percorrer, e que agora o Município de Albergaria, tal como já tinha dito há um ano atrás, começava a ser uma referência, não havendo muitos municípios com estas iniciativas, que continuariam a aumentar, tendo sido recentemente adquiridas mais 50 papeleiras. Referiu que será um processo que irá demorar o seu tempo, mas as ações iriam aumentar, dizendo-se convicto que Albergaria brevemente será uma referência em termos de recolha de resíduos e tratamento ambiental. -

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra dizendo que o Município foi muitas vezes incentivado na Assembleia Municipal a apresentar campanhas de sensibilização e de educação ambiental, concordando que estas devem continuar a ser feitas, porque se trata de um processo de continuidade, e para ter efetividade convinha mantê-las e inclui-las naquilo que eram as matérias educacionais das gerações vindouras. Referiu ainda que, muitas das vezes, para se conseguir resultados também tem que haver uma certa repressão, considerando que esta matéria seria também tarefa dos órgãos de polícia criminal, entendendo que a Câmara Municipal deveria chamar a atenção das Autoridades para dedicarem um pouco do seu tempo a fazerem essas investigações, identificando quem pratica estes crimes ambientais. Referiu que, quando os cidadãos fossem alvos de coimas, as pessoas constatavam que havia uma consequência para os seus atos, julgando que este tipo de ação iria talvez ter resultados mais imediatos do que a prevenção no âmbito educacional. Concluiu a sua intervenção referindo que todos tinham que participar individualmente para melhorar a situação presente da COVID 19 e também do ambiente, todos teriam que dar o seu contributo para melhorar as coisas, existindo por vezes necessidade de se ser um pouco mais repressivos em relação a alguns comportamentos que já roçavam a má-fé. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra dizendo que, lamentava a afirmação do Membro Municipal Jesus Vidinha, porque a Junta de Freguesia tem vindo a realizar muito trabalho nesse sentido, tais como alertar a entidade responsável da Ponte de Angeja e as Infraestruturas de Portugal relativamente à falta de manutenção da mesma, tendo sido encetadas diligências relativamente aos limites de Angeja, com reuniões realizadas com a Câmara, uma vez que esta é a responsável da ação judicial dos limites. Referiu ainda que aqueles temas eram discutidos na Assembleia de Freguesia, na qual se defendia que a ponte é de Angeja, pois os limites acabavam depois da ponte, lamentando que o Membro Municipal Jesus Vidinha não se recorde daquele tema ser discutido na Assembleia. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. ----------

D – Período da Ordem do Dia ----------

Ponto 1 – Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de abril, realizada no dia 19.06.2020 e da ata da Sessão Ordinária de junho, realizada no dia 26.06.2020. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dizendo que iriam apreciar as duas atas em

conjunto e que depois votavam separadamente cada uma delas, lembrando que só devia votar em cada uma delas quem nelas esteve presente. Não havendo inscrições, passou à votação da ata da sessão ordinária de abril. ----------

Votação: Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Ordinária de abril, realizada em 19 de junho de 2020, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Arménio Silva, do CDS-PP, Lúcia Antão e Filomena Bastos do PPD/PSD, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. ----------

Votação: Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Ordinária de junho, realizada em 26 de junho de 2020, esta foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Maria da Conceição Pinto, António Lemos e Carla Castro do CDS-PP e Filomena Bastos do PPD/PSD, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. ----------

Ponto 2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a "Atividade Municipal" e "Situação Financeira do Município" ----------

Presidente da Assembleia Municipal – deu aberto o Ponto 2, dando a palavra ao Sr. Presidente para prestar algum esclarecimento. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que estaria disponível para prestar os esclarecimentos julgados necessários. ----------

Presidente da Assembleia Municipal - Deu a palavra ao Membro Municipal Jesus Vidinha. ----------

Jesus Vidinha - PS – Usou da palavra dizendo que algumas questões suscitadas no Período Antes da Ordem do Dia, vinham ao encontro da informação ali prestada, começando por se referir à questão da Quinta do Passal, mencionando ao Dr. Delfim Bismark que, no que respeita à democracia, teriam entendimentos diferentes, defendendo por isso a maior participação das populações nas decisões políticas. Recordou que a Câmara Municipal tinha um Orçamento Participativo que permitia às populações escolher as obras para o seu território, a que em bom rigor, não era obrigada, podendo prescindir dele. Reforçou que o Partido Socialista defende, no que respeita à Quinta do Passal, discussão pública semelhante à que foi efetuada no âmbito do GTL, apesar desta não ser obrigatória, na mesma lógica do Orçamento Participativo. Referiu que eventualmente deveria ter sido considerada a questão de existir uma associação (ASSA) que estava naquele território e que tinha a sua frente para o terreno, questionando se foi auscultada a população ou a instituição, no sentido de, por exemplo, equacionar um arruamento que desse uma outra abertura à instituição, entendendo que todas as entidades que rodeiam aquele espaço deveriam ser ouvidas assim como a população, no que respeita ao fim a dar aquele território. Referiu-se ainda à Ponte de Angeja, referida em várias intervenções do Período Antes da Ordem do Dia, dizendo-se surpreendido, relativamente à improcedência da ação interposta pela Câmara Municipal de Aveiro e Junta de Freguesia de Cacia relativamente aos limites de 2017, julgando que os Angejenses não tinham conhecimento dessa decisão, considerando importante a sua divulgação, porque a memória das pessoas era construída precisamente por aquilo que se ouvia e que era divulgado pelos órgãos de comunicação social, havendo a noção que, por usucapião, a ponte pertencesse a Cacia. Referiu que a Câmara Municipal até tinha um gabinete de comunicação, sendo

ligeira em fazer notícias produzidas para o Diário de Aveiro, muitas redigidas no referido gabinete, sendo que a informação da decisão do Tribunal Administrativo, após esforço da Junta de Freguesia no sentido de repor a verdade, teria sido trabalho que a Câmara ou a Junta de Freguesia de Angeja deveria ter feito na altura, verificando-se no entanto que a população não teve conhecimento da mesma, o que considera inaceitável. Relativamente à informação da atividade municipal, o Partido Socialista acompanha todas as medidas no que respeita aos trilhos, às pistas cicláveis, e todo esse desenvolvimento que estaria a ser feito, que considerou ser um bom trabalho, lembrando ser necessário ter presente que a abertura de territórios naturais, essa circulação de pessoas, trazia sempre uma coisa inevitável, que eram os resíduos sólidos e quando se percorria as pistas, tendo o próprio o prazer de correr aquela pista de Frossos pelo menos duas vezes por semana, não observou um único caixote do lixo para colocar resíduos sólidos. Continuou dizendo que já tinha apanhado muitas garrafas de plástico, de vidro e outras coisas, pelo que disse ser necessário que, ao abrir uma pista ou um trilho, houvesse esse cuidado de, primeiro, ter algum dístico que sensibilize as populações que a utilizam para o facto de estarem num território que merece ser preservado. Felicitou a retirada de um ecoponto que estava no Parque da Boca do Carreiro, mas que era preciso posteriormente fazer trabalho de sensibilização. Referiu ser necessário fazer este trabalho de sensibilização ambiental quando se alargavam aquelas infraestruturas. Felicitou também a medida da mobilidade sustentável, chamando a atenção para a importância da mobilidade sustentável em torno da bicicleta, sendo que mobilidade não é só bicicleta ou veículo movido a eletricidade, mas também a existência de espaços e passeios que permitam às populações circular, e principalmente para aquelas que têm mobilidade reduzida, pois os passeios da Avenida Bernardino Máximo de Albuquerque estavam danificados há largos meses, após uma intervenção de uma empresa privada, não se compreendendo muito bem porque é que aquela empresa não procedeu à reposição dos passeios tal e qual como os encontrou. Referiu os subsídios atribuídos às associações, sublinhando que no dia 16 de julho, antes mesmo desta Assembleia, teve conhecimento dos subsídios atribuídos pelo jornal, recordando que estes tinham cabimento orçamental que era aprovado pela Assembleia, sendo que a primeira entidade a saber dos subsídios deveria ser a Assembleia Municipal e não a comunicação social. Frisou que nenhum dos Membros Municipais presentes deveria saber da atribuição daqueles subsídios por via da comunicação social lembrando já ter chamado a atenção para este facto, e infelizmente a correção não foi feita. Relativamente aos Hotspot's, felicitou a Câmara Municipal acrescentando, no entanto, que dever-se-ia alargar o que era feito na cidade às Freguesias, referindo que também as ecopontas e a recolha porta à porta seria importante alargar às Freguesias. Por fim, referiu-se à questão dos ecopontos, dizendo que existiam ecopontos cuja localização não seria a mais adequada, sendo que o da Pateira de Frossos foi retirado, mas recordou que pelo menos dois, em Angeja, confinavam com uma das margens da Ribeira do Fontão, pelo que qualquer acidente no manuseio dos contentores, poderia ocasionar um derrame, para além do que pudesse acontecer em termos de transbordo. ----------

Luís Oliveira - PPD/PSD – Usou da palavra referindo que a tabela que continha as obras deixou de ter a taxa de execução para as pessoas não verem. De qualquer maneira existiam lá diversas obras que tinham prazos definidos para a sua conclusão que já tinham sido ultrapassados há mais de um ano, apelando que esse desfasamento seja corrigido, pois era uma exigência legislativa. Recordou que tem sempre chamado a atenção para esse facto, se calhar não naqueles termos, mas que seria uma

exigência legislativa, pois se a obra não se poder completar em seis meses, prevêem-se doze meses, mas se se preveem doze meses é porque é para ser feito em doze meses, eventualmente que se vá ao décimo terceiro mês, que será admissível, não sendo no entanto admissíveis os atrasos que se verificam nas obras tendo essas situações que ser corrigidas nos serviços. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra solicitando que fosse dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. ----------

Vereador Delfim Bismark – Usou da palavra referindo, no que respeita à intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha, acreditar que não existia nenhum usucapião sobre a Ponte de Angeja, pois todas as pessoas da região de Aveiro sabiam que o Farol da Barra era do Concelho de Ílhavo; que um Lisboeta referisse que era o Farol de Aveiro, poderia acontecer, mas as pessoas da região sabiam que o Farol da Barra era de Ílhavo e não de Aveiro e, neste caso, as pessoas da região também sabiam que a Ponte era de Angeja, não havendo nada que dissesse que era de Cacia, tirando um ex-Presidente de Junta que sempre foi conflituoso com a Freguesia de Angeja na sua tentativa de anexação de territórios de Angeja, sendo conhecido publicamente desde aquele processo antigo de 2002. Referiu que por isso não havia nenhum usucapião, mas que também existiam pessoas que desconheciam todo o processo e que escreviam no Facebook e nos jornais que seria a Ponte de Cacia. Relativamente à Quinta do Passal, disse não se tratar de uma opinião diferente sobre democracia, mas que caso se submetessem todos os processos das obras principais da Câmara Municipal a discussão pública, gerar-se-iam atrasos muito significativos, não sendo por acaso que as Câmaras Municipais, independentemente do partido que compunha o executivo não tivessem essa prática, fazendo isso no Orçamento Participativo. Disse ainda que se existia a intenção da população de Alquerubim de ter uma voz ativa em conjunto e dar opiniões sobre a referida intervenção, teriam que organizar também, no âmbito do Orçamento Participativo uma proposta de intervenção para aquele parque. Referiu que a Associação que existe em frente à parte lateral do Parque já lá tem o acesso, ficando até privilegiada, passando a ter um parque do outro lado da estrada em frente à Associação, portanto, ficará até privilegiada com outras condições, para que os seus utentes usufruam de um espaço verde, com equipamentos de exercício público, ficando até valorizado. Disse também, relativamente ao processo da ponte de Angeja, não se poder, para já, fornecer informações para a comunicação social, pois no momento a ação que houve no Tribunal Administrativo de Viseu deu razão a Angeja e Aveiro recorreu, pelo que teria que se aguardar a resolução final para se poder divulgar. Referiu também concordar com o que tinha sido dito relativamente à mobilidade, com a falta de locais para colocação de resíduos nos PR's, lembrando no entanto que os PR's não eram sítios para se ir almoçar e atirar as cascas e o lixo para trás, tendo que haver pontualmente locais de recolha. Referiu que a maior parte das pessoas, ou guardava no bolso, ou guardava nalgum sítio e no fim, quando passasse por um local de colocação de lixo, colocava-o, dizendo ainda que de facto fazia falta um contentor no sítio referido. Relativamente à mobilidade, informou que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura bastante exigente de uma rede ciclável, transversal a toda a cidade de Albergaria, que ligava todos os estabelecimentos escolares, o centro da cidade e a Zona Industrial, que, a ser aprovada, pensa-se que irá resolver uma série de questões ao nível da mobilidade urbana na cidade. Referiu que poderiam dizer, que também devia ser em Angeja ou em São João de Loure, mas tem que se começar por algum lado. Neste momento, a candidatura previa centros urbanos e concorreu-se para centros urbanos, estando a aguardar-se pelo resultado, e à

medida que as candidaturas permitam que se possa apresentar projetos nessas áreas, irão trabalhando, sendo que em muitos casos já existem os projetos à espera que surjam as candidaturas, porque quando abrirem serão 308 concelhos a nível nacional a concorrer para os mesmos fundos, sendo a dotação orçamental limitada e havendo uma grande competição entre os territórios, pelo que a autarquia tem que estar preparada. Referiu que existe uma boa equipa na Câmara Municipal naquela matéria e que as candidaturas têm corrido bem, tendo o município já esgotado a verba do que estava disponível até ao momento, verificando-se que mais de metade das Câmaras do país já não os esgotariam. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando que foram adquiridos mais 40 papeleiras e que uma já se encontrava colocada no circuito de Albergaria – Valmaior, estando projetada a colocação na Branca e depois no circuito de Angeja - Frossos. Em relação à rede, informou estarem um conjunto de equipamentos já instalados em todas as Freguesias. Deu conta também de um trabalho que foi feito na Comunidade Intermunicipal, o qual agradeceu ao Sr. Vice-Presidente, deixando o convite para a inauguração da 1.ª Rota da Grande Ria de Aveiro, no dia 17 de outubro, tratando-se de mais de 200km. Referiu que o caminho faz-se caminhando, sendo com muito agrado que atualmente existam três rotas que passam em Albergaria, sendo que mesmo a do Rio também passa por Albergaria, ou seja, Albergaria é dos poucos Municípios que é atravessada pelos quatro percursos desenhados pela região de Aveiro. Manifestou, relativamente ao projeto da mobilidade, o seu desagrado face ao adiamento das candidaturas por parte do Governo, informando que o Município de Albergaria foi dos primeiros a apresentar aquele projeto de mobilidade do centro da cidade para a Zona Industrial e o atraso verificado será prejudicial para o município, uma vez que começaram a entrar mais candidaturas e a candidatura do Município de Albergaria que tinha uma boa probabilidade de ser aprovada, sendo que os municípios que apresentaram candidatura mais tarde, recuperaram tempo e foram melhorando as suas candidaturas, ou seja, o Município de Albergaria que foi dos primeiros de âmbito nacional a apresentar a candidatura, a esforçar-se com os seus colaboradores, com o apoio técnico exterior, de repente, vê-se que há um atraso generalizado de Municípios que não apresentaram as suas candidaturas e o Governo resolveu atrasar todo o procedimento, o que é incorreto. Referiu ter havido um esforço dos colaboradores da Câmara e um esforço político, para executar o trabalho atempadamente que vai sair prejudicado face a este atraso. ----------

Jesus Vidinha - PS – Usou da palavra, dizendo que também o acompanhava relativamente ao desagrado na questão das candidaturas. Dirigiu-se ao Dr. Delfim, citando uma notícia: "Processo Participativo para a Requalificação do Martim Moniz começa após o verão, auscultação pública", dizendo que poderia consultar na página da Câmara Municipal de Lisboa, verificando que se encontra em curso uma auscultação pública sobre a requalificação da praça, que arrancará após o verão, com questionário online, exposição no local com esclarecimento e facilitação à submissão de propostas, referindo que eram algumas das formas de participação numa Câmara Socialista, pois era aquele o entendimento da participação das populações. Recordou depois que o município da Murtosa, que integra a CIRA, no qual existe a pista Torreira - Ponte da Varela, onde estão colocados caixotes do lixo de 100 em 100 metros, dizendo ainda que nunca lá tinha visto um piquenique, porque será evidente que, se as pessoas correm ou caminham, levam consigo uma garrafa de água, e que depois de vazia, a lançam para o meio ambiente, por mau comportamento cívico. ----------

Vereador Delfim Bismark – Usou da palavra dizendo que, naturalmente a Câmara de Lisboa era uma referência, mas solicitou que indicasse um município socialista próximo que tivesse feito essas consultas à população para projetos de dimensão equiparado ao que está em discussão, referindo que comparar Lisboa, Berlim ou Nova York com Albergaria-a-Velha não era sensato, uma vez que não se encontravam no mesmo patamar. ----------

Ludovina Silva - PS – Usou da palavra dizendo que pensava que o Sr. Presidente iria dar mais alguns esclarecimentos, pelo que ainda não tinha intervindo. Referiu que tinha pedido um esclarecimento relativamente à campanha de esterilização, de animais de companhia, para saber se a Câmara não se poderia associar ao apoio governamental do Ministério da Agricultura e como tinha dito que teria alguma informação para esclarecer na informação municipal, ficou expectante. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha falado do canil, manifestando agrado por saber que será um problema em breve resolvido, mas não era bem aquela a sua questão, mas sim, o apoio que poderia ser dado aos munícipes para resolver a questão da esterilização que era muito dispendiosa e incomportável para a maior parte deles. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra esclarecendo que a esterilização era um processo importante, não tendo dúvidas que seria por ali a solução. Referiu que o Município ia dar aquilo que o Governo dava, mas que o problema mais grave que se tinha no momento não era a esterilização, que mesmo sendo um eixo estratégico, o maior problema era efetivamente receber aqueles cães e era nisso que o executivo está a trabalhar e queria resolver. Referiu que ao receberem esses cães, até se estaria a dar o apoio a 100%, dando mais que o Governo. Referiu que o Município, ainda no ano passado, no âmbito de um Orçamento Participativo, apoiou a 100% a esterilização de bastantes cães e gatos, fazendo um trabalho extraordinário que também era preciso referir. Disse ainda que o chocava porque o Município tem dado mais apoio aos cães e gatos no Município do que às pessoas, o que o entristecia, porque, não obstante ser importante valorizar a vida do animal, entristecia-o a sociedade hoje em dia valorizar mais os animais do que as pessoas. Questionou como é que a sociedade hoje em dia estava a discutir tudo, e corretamente, a valorização dos animais, mas como é que passava o cão e o gato à frente das pessoas, referindo ser um fracasso da sociedade, de todos nós, não podendo continuar a ser assim. Continuou afirmando que numa sociedade moderna tinha de se respeitar os animais, mas que não se poderiam esquecer dos pais, irmãos e filhos. Questionou como é que se atribuíam subsídios para construir canis e não para construir Unidades de Saúde Familiar, considerando que os valores se encontram subvertidos. Referiu que não fazia sentido nenhum investir-se mais tempo a discutir o cão e o gato do que a discutir a saúde. Disse ainda concordar com a Membro Municipal Ludovina Silva, sendo a esterilização a forma de resolver aquele problema, informando que na passada segunda-feira estiveram onze Presidentes de Câmara reunidos na CIRA para responder a isto. Referiu que o executivo apoia a esterilização, mas coloca-se o problema de onde é que se colocam os animais e de que forma se faz o seu acolhimento, questionando que tipo de resposta é que se daria ao animais no fim da esterilização, uma vez que não existem condições de os receber. ----------

Ludovina Silva - PS – Usou da palavra afirmando que nunca tinha dito que se deveria pôr os animais à frente das pessoas, custando-lhe ouvir as afirmações do Sr. Presidente da Câmara. Referiu que os animais errantes eram um problema de saúde pública e de segurança, pretendendo andar com

tranquilidade na rua com os seus filhos, sem que eles sejam atacados, dizendo que o Sr. Presidente deveria perceber que, ao resolver este problema, estariam a tentar também promover o bem estar das pessoas, porque aqueles animais eram um perigo, que era preciso resolver, e se não houver apoios, as famílias também não conseguem esterilizar, pelo que aquele número iria aumentar. Referiu que lhe custava ouvir que perdia tempo a falar desta matéria, pois o tempo que geriam em reuniões era uma coisa que não lhes competia decidir, e se fosse resolvido, se calhar já não se perdia tanto tempo, lamentando tais palavras. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dizendo que se estariam a afastar do tema da informação escrita do Sr. Presidente, agradecendo que os Membros Municipais se debruçassem sobre a mesma. ----------

Paulo Silva - CDS-PP – Usou da palavra dizendo que iria falar sobre o assunto dos animais de companhia que era uma das alíneas da informação escrita, referindo considerar existir alguma histeria à volta desta questão, e numa altura de pandemia, com falta de recursos para os Municípios e para as entidades de saúde. Referiu que o Presidente foi instado a falar sobre o assunto do canil, o qual implicou um esforço considerável para o Município, e o que a sua intervenção revelou, foi, obviamente, um estado de alma, porque na realidade estavam ali por causa das pessoas. O que o Presidente referiu é que muitas opções políticas a nível nacional e regional, que se manifestam a nível local, por vezes orientam-se menos no sentido de proteger as pessoas, dando mais importância a assuntos que se prendem com notícias mediáticas, como as que se relacionam com os animais de companhia que estão muitas vezes abandonados, o que é de lamentar. No entanto verifica-se frequentemente o abandono de pessoas, nomeadamente no concelho de Albergaria-a-Velha, o que o deixa bastante mais preocupado.

Filonema Bastos - PPD/PSD – Usou da palavra, mencionando que se estava a falar de questões de saúde pública, sendo os cães e os gatos, tal como os ratos e outros seres que estão por exemplo em edifícios devolutos, um pouco por todo o Concelho, considerando importante ter-se em conta essa questão, que se prende com a saúde dos cidadãos, pois os cães e os gatos errantes podem transmitir doenças, podem atacar as pessoas e de facto, existiam espaços em que já não havia segurança para as pessoas circularem, havendo vários relatos de ataques a pessoas que vivem no Concelho de Albergaria. Relativamente à intervenção sobre a Ponte de Angeja, disse ter ficado confusa, porque aquando da intervenção do Dr. Delfim ficou com a ideia que essa situação estaria resolvida, entretanto, após a resposta ao Dr. Jesus Vidinha e após intervenção do Presidente de Junta de Angeja, percebeu que o processo judicial ainda estava em curso, por isso, deduzia que a sua intervenção não estivesse assim tão errada, uma vez que falou de informação que circulava na comunicação social e que era proveniente do Concelho de Aveiro e também que o processo não estava terminado, sendo nesse sentido, que apelou à questão da segurança e apelou sobretudo à questão da decisão definitiva, ou da pressão para que houvesse uma decisão em relação aos limites, porque se aquela situação há um ano atrás estivesse esclarecida, como estaria registada em ata, não continuariam a persistir aquelas dúvidas relativamente às pessoas residentes no Concelho de Aveiro, como o Sr. Casimiro Calafate, como o Sr. Presidente da Câmara de Aveiro, pelo que a situação não estava assim tão clara. ----------

Vereador Delfim Bismark – Usou da palavra dizendo julgar ter sido claro, tendo referido que tinha sido tudo informado há um ano atrás, na Assembleia Municipal de maio de 2019, e que por sentença de 06/04/2017, já transitada em julgado, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu julgou improcedente a

ação da Câmara Municipal de Aveiro e da Junta de Cacia contra o pedido de Angeja que tinha sido aprovado antes. Nesse sentido, eles recorreram, o Tribunal disse que a decisão anterior, favorável a Angeja, que era provisória, estava em vigor, e entretanto Aveiro e Cacia recorreram. Clarificou que no momento se encontrava em vigor a decisão que foi favorável a Angeja em 2005, e em 2017, na sequência do processo 2006 da Câmara de Aveiro, sendo agora necessário aguardar, não se podendo pressionar os Tribunais a decidirem. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra para esclarecer a Membro Municipal Ludovina Silva, por quem tem grande estima e consideração, que não a quis magoar de forma alguma, dizendo ainda que os cães errantes não tinham dono, e quando a Câmara recolhia, pagava a 100%, e que o único problema que o Município tinha era depois, tendo sido isso que se esteve a discutir com os Presidentes de Câmara da CIRA, onde é que colocavam os cães, pois havia disponibilidade do Município, todos os Municípios tinham colaborado, mas o problema depois seria a colocação dos animais, estando a proceder-se ao aumento do canil, para se criar condições para os receber. Mais esclareceu que se tentava apanhar o máximo de animais errantes para esterilização, sendo ali que o Município que pagava a 100%. Referiu que o Município já fazia mais que o Governo há anos, inclusivamente colaborando na recolha de cães em Estradas Nacionais e não só, lamentando contudo que atualmente se consiga dar uma resposta melhor a um cão do que a uma pessoa. Concluiu referindo não ter qualquer tipo de dúvida em relação à importância de se tratar bem os animais. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções, passou à apreciação do ponto 3. **Ponto 3 - Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento (3ª Revisão ao Orçamento da despesa, no montante de € 100.000,00 para o ano de 2020, e nos montantes de € 812.595,21 e € 20.000,00 para os anos de 2021 e 2022, respetivamente) e às Grandes Opções do Plano (3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante total líquido de € 0,00, para financiamento definido e de € 812.595,21 e € 20.000,00 para os anos de 2021 e 2022, respetivamente) do Município de Albergaria-a-Velha para 2020.** ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, dizendo que se trata da introdução de duas rubricas, uma para as obras de requalificação da Escola EB2 da Branca, tratando-se de um investimento que não chegava aos 500.000,00€, sendo uma ambição do Executivo fazer aquela obra durante o próximo ano. A segunda ia ao encontro daquilo que estiveram a discutir, que era a construção do canil, informando que já estavam construídas boxes e agora seria necessário criar condições precisamente para a esterilização e vacinação dos cães, representando um investimento de 132.000,00€. Uma outra questão era a programação dos passeios na Avenida Máximo de Albuquerque, pois existia já um entendimento com a ADRA, faltando o mesmo com a EDP, que resultou num atraso, que era a substituição de postes diferentes naquele espaço, por uma questão de eficiência, tendo em vista não só uma melhoria de iluminação, mas também criar condições de segurança, e acima de tudo reduzir os custos na iluminação. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, passou à votação do ponto 3. ---------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São

João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Modificação ao Orçamento (3ª Revisão ao Orçamento da despesa, no montante de € 100.000,00 para o ano de 2020, e nos montantes de € 812.595,21 e € 20.000,00 para os anos de 2021 e 2022, respetivamente) e às Grandes Opções do Plano (3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante total líquido de € 0,00, para financiamento definido e de € 812.595,21 e € 20.000,00 para os anos de 2021 e 2022, respetivamente) do Município de Albergaria-a-Velha para 2020, cujo documento se dá aqui como inteiramente reproduzido, para todos os efeitos legais, e de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, vai ficar arquivado na pasta anexa ao livro de atas da Assembleia Municipal. ----------

Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação do valor da taxa sobre imóveis de 2020, a vigorar em 2021. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que não era possível baixar mais o imposto, que se encontrava já na taxa mínima prevista, sendo a única alteração possível diminuir aquela taxa. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, passou à votação do ponto 4. ---------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis de 2020, a vigorar em 2021, em 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), e de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis de € 20,00, € 40,00 e € 70,00, para os agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes a cargo, respetivamente, nos termos do n.º 1 do artigo 112º-A, do CIMI. ----------

Ponto 5 - Apreciação e votação do lançamento de uma Derrama para o ano de 2021 – Fixação de taxa percentual (relativa aos resultados do exercício económico de 2020). ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que Albergaria, na região, era o 4.º Município com menor carga no âmbito da taxa geral e no âmbito da taxa reduzida, era o 2.º Município da região com melhor taxa, propondo-se a sua manutenção. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições passou à votação do ponto 5. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2021, **r**elativa aos resultados do exercício económico do ano de 2020, de 1,20% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e uma taxa reduzida de 0,20% para os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse os € 150.000,00, mantendo desta forma, taxas inferiores ao máximo permitido.

Ponto 6 – Apreciação e votação da participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para o ano de 2021 – Fixação de taxa. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que era uma pena não se poder cobrar uma taxa maior, para as empresas de comunicação e eletricidade, propondo-se a taxa de 0.25. --------

Presidente da Assembleia Municipal – Interrompeu a intervenção dizendo que se estava a apreciar o ponto 6. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, pedindo desculpa, pois tinha passado à frente. Referiu-se ao IRS, dizendo que Albergaria era 2.º Município com menor carga fiscal em toda a região e aquele imposto, entrará em vigor em 2022. Informou que se se tiver em consideração o gráfico de arrecadação de imposto municipal nos últimos dez anos, verifica-se que houve uma grande evolução de cobrança por parte do Município deste imposto, por isso, entendeu-se que era justo, uma vez que o IRS é progressivo, que as famílias que têm maior rendimento poderiam suportar a taxa de 2.75. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra dizendo que, à semelhança dos anos anteriores, havia sempre ali uma discriminação pela negativa, como seria evidente, quando se tratava do rendimento das pessoas versus rendimentos de propriedade e as empresas, e no que respeita ao IMI, procurava-se sempre aproximar das taxas mínimas e mesmo na derrama também, e depois quando se tratava da comparticipação de IRS já não se via o mesmo registo, entendendo que, à semelhança dos anos anteriores, a taxa deveria ser mais reduzida do que aquela em 0.25. De seguida apresentou uma proposta que faz parte integrante da presente ata. (Doc. 2, Fls 1). ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dizendo que era um direito que assistia aos partidos, de acordo com o Regimento, pelo que passou à votação daquela proposta, para que fosse aprovada ou não, dizendo que, caso fosse aprovada seria necessário proceder a algumas alterações na proposta do Executivo. ----------

Votação da proposta do PS: colocada à votação a proposta do PS, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, foi a mesma rejeitada por quinze votos contra, dos membros do CDS, oito abstenções, dos membros do PSD e dois votos a favor, dos membros do PS. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou à votação do ponto 6. -

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos seis Membros do PPD/PSD e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos e dois votos contra, dos/as Membros Municipais do PS, aprovar, nos termos do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a fixação de uma participação variável de 2,75% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), a incidir sobre os rendimentos auferidos em 2020. ----------

Ponto 7 – Apreciação e votação do estabelecimento de Taxa Municipal dos Direitos de Passagem – Fixação da taxa para o ano de 2021. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra questionando se o Sr. Presidente da Câmara Municipal pretendia fazer alguma introdução daquele ponto. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que já tinha falado antes, por isso, estaria disponível para os esclarecimentos julgados necessários. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo intervenções, passou à votação do ponto 7. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda no artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro, o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2021, no percentual de 0,25% da faturação mensal das empresas abrangidas. ----------

Ponto 8 – Apreciação e votação do investimento "Ampliação da Zona Industrial", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que era com muito agrado que, ao fim de 20 anos se criaram condições para vender os terrenos aos empresários a preços controlados, tendo sido adquiridos mais de 15 hectares, sendo com dupla satisfação, que ao fim de 20 anos, existiam novamente terrenos, dando nota à Assembleia que um terço daqueles terrenos tinham empresas já interessadas em os adquirir, reconhecendo publicamente o trabalho realizado naquele projeto pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Delfim. Foram adquiridos terrenos a mais de 20 proprietários a preços controlados, pois conseguiu-se montar uma operação com preços competitivos na região, informando que iriam ser colocados à disposição a 20,00€/m^2 para a instalação de novas empresas. Aquelas novas empresas, seriam o alicerce para resolver um problema social, pois era do emprego que vinha o equilíbrio social, criando novos postos de trabalho, dignificando o trabalho, valorizando o trabalho das pessoas e acima de tudo criando condições para que as pessoas se pudessem fixar no território. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que, como se tratavam de pontos muito semelhantes, do número 8 ao 15, iria tratar de todos numa única vez, sendo aquela intervenção válida para os referidos pontos, tecendo alguns comentários que relativamente aos investimentos e pedidos de empréstimos que os financiam. Referiu haver uma desvalorização completa do grande documento orientador da política municipal que é o Orçamento Municipal e Plano de Atividades. Referiu que já no ano de 2019 se tinha inscrito naquele orçamento o valor de 18.550,00€ para passivos financeiros e a autorização que se tinha pedido em 2019 foi de 1.400.000,00€ ou seja, mais de 1.038.000,00€ do que estava previsto. Referiu que agora se estava a fazer o mesmo exercício para 2020, prevendo-se a contratação de um passivo de um valor inferior a 600.000,00€ e vindo pedir naquela reunião, autorização para contratar em mais de 1.600.000,00€, ou seja, mais de 1 milhão do que o que estava previsto em Orçamento e Plano de Atividades. Referiu que aquela forma de atuar era recorrente, permitindo pensar-se o que é que se fazia ao Orçamento e Plano de Atividades se depois se fazia letra morta daquele documento orientador, desvalorizando completamente toda a planificação municipal e desvalorizando completamente toda a intervenção quer de Vereadores, quer de Membros da Assembleia Municipal, iludindo completamente os munícipes sobre a política pretendida para o Município, aquando da apresentação dos Documentos Previsionais. Por outro lado, e no contexto pandémico atual, em que o Município de Albergaria era um dos mais atingidos pelo aumento do desemprego em Portugal, segundo os dados do Jornal Expresso, estava à espera que o reforço municipal fosse dirigido às famílias e apoio às empresas, a combater este flagelo do aumento de desemprego e evitar a dispensa de trabalhadores das empresas e o fecho de tantas empresas. Referiu que, de uma forma surpreendente ou não, o Sr. Presidente passou anos e anos sem fazer

investimentos nas infraestruturas e na manutenção de arruamentos, resolvendo recorrer a empréstimos para o fazer, em que adicionava mais empréstimos para comprar terrenos. Referiu que o grupo municipal do PSD era a favor desses investimentos, mas que já deveriam ter sido feitos e sem necessidade a tanto recurso de empréstimos, fazendo com que o Sr. Presidente em vez de resolver os passivos financeiros como os outros, seja aquele que iria aumentar esses passivos para os vindouros, relembrando que empréstimos hoje serão aumentos de impostos ou taxas amanhã e ainda por cima para não responder à situação pandémica em que se vive. Referiu, concluindo, que os empréstimos que hoje lhes eram presentes, eram empréstimos que embora fossem para fazer obras necessárias e urgentes em que se reviam, eram no entanto errados no tempo, numa altura em que a riqueza nacional recuava para valores do Governo António Guterres e que a emergência nacional exigiria que fossem de apoio a famílias, empregos e empresas. Face ao exposto, referiu que não podiam votar favoravelmente estes empréstimos porque entendiam que a prioridade municipal deveria ser a contração de empréstimos para programas de apoio a famílias, emprego e apoio a empresas para a manutenção de postos de trabalho e não de investimento que já deveria ter sido feito anteriormente. Terminou dizendo que lhe parecia que a opção era dividir a fome por mais pessoas pelo que se iam abster com base nos fundamentos expressos na sua intervenção e pretendia que fosse integralmente reproduzida em ata para os Ponto 8 a 15. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra dizendo que os senhores Vereadores Nuno Silva e António Almeida deviam ter ficado completamente descalçados ao verem o seu grupo, o PSD na Assembleia Municipal a votar a proposta da Câmara Municipal onde eles próprios se abstiveram, dizendo que o PSD já teve melhores dias. Referiu que o Partido Socialista era a favor daquelas medidas de expansão da Zona Industrial, na aquisição de terrenos e de empréstimos decorrentes dessa mesma aquisição. Referiu serem a favor de medidas contra-ciclicas, pois era aquilo que o PSD não entendia naquela Assembleia Municipal, uma vez que se a economia estiver em curva descendente o Estado e os Municípios têm de intervir para ver se a curva esbatia, mas compreendendo que a linha também foi do Dr. Passos Coelho e que todos viram o resultado, referindo que o Partido Socialista apoiará aquelas medidas de expansão da Zona Industrial, porque muitas delas até decorriam do facto de se ter conseguido a libertação das medidas que pendiam sobre a A32 e que com isso iria permitir toda aquela expansão, sendo o objetivo, que a Zona Industrial, que tem uma boa inserção rodoviária, se torne mais atrativa, e que mais empresas se possam fixar no Concelho e com isso trazer mais empresas, mais riqueza, mais impostos e com isso mais receitas dos impostos que são cobrados. Referiu que o que cria algum arrepio no PSD são os empréstimos, mas que aquela seria das tais dívidas virtuosas, porque a Câmara Municipal iria contrair um empréstimo, adquirindo terrenos, mas que iria infraestrutura-los e colocá-los no mercado, havendo uma receita, que trará rendimentos ou proveitos para a Câmara Municipal, porque os terrenos vão ser vendidos, e depois, indiretamente pelas empresas que se vão instalar, não só com o IRC, e com a derrama, como depois com a dedução do IRS dos trabalhadores que lá estão, se residirem no Concelho. Referiu que se teria de acompanhar tudo aquilo que referiu anteriormente, para que o Município de Albergaria não seja um útero que cria condições para gestação de empresas e depois os filhos que nascem desse útero residam noutros Concelhos vizinhos. Referiu que apoiam não só a aquisição dos terrenos mas também todos os empréstimos que estarão associados a esta medida política na Zona Industrial. ----------

Paulo Silva - CDS-PP – Usou da palavra fundamentando aquilo que será a opção do Grupo Municipal relativamente àquele ponto, que obviamente será o voto favorável, sendo as razões fáceis de perceber. Referiu que quando ouviu o Membro Municipal Luís Fernando falar, por momentos pensou que estivesse desfasado no tempo, há muitos anos atrás, mas estava a falar para um Executivo que devia ter mais atenção às pessoas num período difícil que aí vinha, situação complicada que todos anteviam, a um Município que tem uma taxa tributária em termos municipais das mais baixas do distrito, que passou durante as Assembleias Municipais a baixar a carga tributária, sempre com a justificação de colocar as pessoas em primeiro lugar, que se iria fazer menos obras, dizendo que basicamente a única obra verdadeiramente emblemática daquele Executivo, em termos de novidade, obra nova, foi o Mercado, o resto foram mesmo poucas obras e a despesa não foi pouca, de manutenção de toda a obra que já havia, e no momento em que o Município se prepara para dar continuidade e coerência àquilo que foram as suas orientações no início, quer do primeiro quer do segundo programa sufragado, que seria agora dar a aplicabilidade prática daquilo que foi a ampliação da Zona Industrial, tudo aquilo que foi o trabalho em termos de gestão territorial, em termos de gestão urbanística do Concelho, dava-se agora a aplicação prática, através da compra dos terrenos para se poder então, ampliar verdadeiramente a Zona Industrial. Referiu que achava aquilo tudo muito coerente e muito lógico, mas na verdade, encontramo-nos num momento que já se vai tornar excecional em termos económicos, não podendo o Município ficar à espera que uma crise pandémica passe para tomar opções, que basicamente não vão colocar as finanças do Município em causa, exatamente por causa daquilo que o Membro Municipal Jesus Vidinha bem disse, não sendo propriamente uma obra que se faz e lá fica, a dar despesa, a tal despesa corrente, mas sim uma obra, uma compra que se faz, da qual se vai obter retorno durante muitos anos. Em vez de termos a despesa corrente decorrente da compra, neste caso da obra, o que o Município terá decorrente da compra, serão dividendos ao longo do tempo. Referiu não saber como é que as pessoas querem que o Concelho se desenvolva e não se faça isso, é muito difícil. Referiu que a única coisa em que concordava com o Membro Municipal Luís Fernando, é que de facto, poderia pecar por tardio, mas isso o Município poderia explicar, porque é que não avançou mais depressa. Disse que gostaria que se tivesse avançado mais cedo para esta fase, mas que com certeza o Município explicará porque é que não o fez e porque entendeu que agora é que haveria condições, estando a cumprir aquilo que ficou definido no programa e que os Albergarienses definiram. Sendo numa altura pandémica, teria algumas dúvidas quanto às questões dos investimentos contra-cíclicos e aquele pequeno aparte relativamente à política nacional, pois não gosta muito de fazer esse paralelo, porque na realidade, o investimento contra-cíclico era importante mas tem de ser na medida que depois possa ser comportável e financiável, sendo ali o caso, podendo não ter sido noutras situações e noutros panoramas mais nacionais, dizendo-se feliz pelo facto de finalmente haver a aplicabilidade prática do aumento. Referiu que por vezes se falava muito do aumento da Zona Industrial, mas era tudo no papel e no papel não dá empregos, não obstante ter havido os investimentos dos empresários, e alguns milhões que foram já aplicados, vendo-se ao passar pela Estada Nacional, considerando esse aumento da área industrial de extrema importância. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que começou por dizer que concordava com os investimentos, o que não concordava era com a altura em que eram feitos. Referiu que com a situação pandémica, ao contrário do que disse o Membro Municipal Jesus Vidinha, não se sabia o que iria

acontecer. Referiu ter gostado da intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha, pois classificava a divisão entre eles, fazendo lembrar outros tempos, quando José Sócrates vinha todos os dias à televisão afirmar "eu estou a lutar pelo país" e que "aqueles meninos não me deixam fazer o meu trabalho", dizendo que tinha dado no que deu, que foram quase todos à falência e que depois ataca o Passos Coelho como sendo um indivíduo muito mau, mas, que o 1.º Ministro dele estaria a viver à conta do Passos Coelho. Também lembrou a posição que os Vereadores tomaram, que também foi de abstenção e também que os desempregados não pagavam IRS, porque perderam o acesso à remuneração. Também relembrou que a projeção do crescimento da população para aquele século era de muita contração populacional e a situação pandémica altera todos os planos que estavam projetados, e que a questão central, da qual ninguém queria falar, era a desvalorização do orçamento. Referiu não conseguir conceber que se esteja ali a autorizar um empréstimo que não estava previsto no orçamento, não havendo alteração desse mesmo orçamento para autorizar 1.600.000,00€. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, dirigindo-se ao Membro Municipal Luís Fernando, dizendo que o que aconteceu ao Governo Socialista, liderado por José Sócrates na altura, foi que a Europa não procedeu como está agora a proceder, por isso é que houve a crise, pois na altura, precisamente as medidas que estavam a ser tomadas, com Parque Escolar, com todas as críticas, eram precisamente contra cíclicas, só que a União Europeia deu depois a indicação num sentido e recuou, ou seja, não fez aquilo que está a fazer agora, aprendendo com a lição, e portanto, a crise que decorreu foi precisamente por a Europa não acompanhar os países mais frágeis, como era o caso de Portugal, com o mesmo tipo de medidas que agora está a aprovar precisamente numa crise que não se sabe a sua dimensão, mas que se espera que não venha a ter outros contornos, e que provavelmente até iria ter contornos mais graves e que agora eram confrontados com esta situação. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra lembrando que não se sabia qual o resultado daquela política, e que o que sabia era que se estava ali a titularizar muita dívida na Europa, não sabendo o que iria acontecer ao sistema económico europeu, quando as pessoas que emprestam o dinheiro percebessem que era um volume enorme de dinheiro, porque no sistema americano, aquilo era fácil, porque conseguiam ter uma facilidade enorme de movimentação de economia, estando a crescer brutalmente, pois tinham a maior dívida do mundo mas impunham um imposto mundial a toda a gente que era o dólar. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra agradecendo ao Membro Municipal Luís Fernando ter discutido a justificação dos quatro empréstimos. Referiu-se à redução de impostos informando que desde que o Executivo assumiu, sempre pensaram em primeiro lugar nas famílias, e por isso é que baixaram todos os impostos. Com a baixa dos impostos que se aprovou ao longo daqueles sete anos, o executivo ficou do lado das famílias e das empresas num total de 7.254.000,00€, ou seja, naqueles sete anos, o Município deixou de arrecadar 7.254.000,00€, pois se tivessem continuado com a mesma carga fiscal do anterior Executivo, nem precisariam de pedir dinheiro emprestado à banca. Referiu ter sido posta em prática uma política de apoio às famílias, às IPSS's e à própria educação, às escolas, mesmo naquele momento que todos estavam a viver, que não era nada fácil, desde os computadores nas escolas, como os apoios dados às IPSS's, como a distribuição dos equipamentos, ou seja, as famílias e as IPSS's não foram abandonadas, muito pelo contrário, reforçando-se significativamente o apoio financeiro àquelas instituições, que tratam como parceiros,

sabendo que ainda vão ter que dar outro apoio extraordinário que a Sr.ª Vereadora Dr.ª Catarina já estava a tratar. Disse que iam ser contraídos empréstimos, porque é com os empréstimos que se investe e se faz crescer o Município de Albergaria, sendo estratégico que os investimentos e os empréstimos que ali estão, não sendo somente na Zona Industrial, que será um pilar central, a gestão estará distribuída em três eixos: a economia, para resolver o problema social, o desemprego, sendo a captação de novas empresas que se vai resolver o problema social, tendo que fixar novas famílias no Município, sendo aquela a altura que se deve investir, estando completamente de acordo com o Jesus Vidinha, para que dali a um ano as empresas estivessem a laborar, para estimular, precisamente para combater o desemprego que ainda existia, sendo a hora certa. Respondendo ao Membro Municipal Paulo Silva, informou que ainda não se tinha avançado porque existiam as condicionantes da A32 no processo, agradecendo ao Membro Municipal Jesus Vidinha que tenha falado da A32 e não só, referindo que o problema já se encontrava resolvido, lembrando que havia e há um trabalho que já anteriormente se tinha falado, que foi de contactar mais de 20 proprietários, um trabalho sério, em que o Município colaborou e convenceu outros empresários da Zona Industrial a ceder terrenos para a captação de um investimento de 50.000.000,00€ para o Município de Albergaria. Referiu que não era só aquilo que se comprava, era aquilo que o Município trabalhava em parceria com os empresários para criar condições para que outros investimentos existam em Albergaria e continuem a existir. Relativamente à evolução da dívida, referindo-se ao Membro Municipal Luís Fernando, questionou, se fosse pelas crises que se teve do Sr. Eng.º Sócrates ou do Sr. Dr. Guterres, como é que se justificava que em 2007 o Município devia 8.500.000,00€ e hoje só devia 5.600.000,00€. Reforçou que hoje existia uma mais-valia, que é a venda dos terrenos, porque no mandato anterior foram comprados 2.323.000,00€ de terrenos mas venderam-se 2.490.000,00€, ou seja, deu um saldo negativo 167.000,00€ e que, somente nos últimos sete anos foram adquiridos 2.999.047,00€, e só foram vendidos 362.000,00€. Disse que neste aspeto, mais uma vez, o Membro Municipal Jesus Vidinha tinha razão, pois foram feitos investimentos de milhões de euros que foram estratégicos, feitos em estradas, em estradas, mas foram contraídos empréstimos para fazer esses investimentos, e hoje, pega-se na lista dos empréstimos, havendo uma grande diferença: é que agora, como o Membro Municipal Jesus Vidinha referiu, estão a ser contraídos empréstimos mas os terrenos podem ser vendidos e o Município irá arrecadar, tratando-se de uma grande diferença de investimentos em relação a outros que não têm retorno de capital e outros que têm retorno e até pela importância de criar postos de trabalho e de criar segurança na comunidade. Relativamente à dívida total do Município, clarificou que o Município de Albergaria poderia contrair empréstimos até ao montante de 19.000.000,00€, questionando o Membro Municipal Luís Fernando se existia alguma razão que não permitia ao Município fazê-lo Afirmou que o Município tinha, no momento, um total de 6.200.000,00€, tendo ainda uma margem de dívida de 13.000.000,00€, estando a ser discutidos apenas 1.628.000,00€, sendo crucial discutir se são estratégicos ou não são estratégicos, dizendo que aquilo que o deixou chocado foi o Membro Municipal Luís Fernando dizer que não era a altura indicada para se investir na Zona Industrial, pois, sempre foi altura indicada para investir na Zona Industrial, era por aí que se devia ter trabalhado, e ali é que ficaria sempre assinalado que o PSD não queria o desenvolvimento da Zona Industrial, porque não foi apenas agora que o Membro Municipal afirmou que não seria altura de aí investir, afirmando que o PSD nunca quis investir na Zona Industrial. Referiu não perceber qual o interesse do PSD não querer investir na

Zona Industrial. Reforçou que só estava a ser pedida autorização para a contração de empréstimos no valor 1.600.000,00€ ou seja, ainda existe uma margem de 900.000,00€. Para terminar, lembrou que quando o executivo iniciou funções, o total de dívidas existente era de 5.800.000,00€ e que, mesmo com a contratação daqueles empréstimos, o total da dívida ficaria num valor inferior àquele montante. Referiu ainda que já tinham sido pedidos empréstimos para alcatroamento de estradas, que todos ainda estavam a pagar, referindo que não ia engolir aquela mentira outra vez, pois ainda estavam a pagar empréstimos de alcatroamento de estradas, e aquilo que se estava ali a pedir em estradas, 80% eram estradas novas e só 20% é que eram de repavimentações, sendo bom para memória futura que ficasse bem registado que não era verdade aquilo que foi dito no passado. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Referiu que o Sr. Presidente ia sempre chamar o ano de 2007 como um ano de forte investimento, dizendo que quando o PSD chegou ao poder indicou um total de passivo exigível ao Município de 16.796.000,00€, portanto, aquele passivo era o que tinha sido feito pelo anterior Executivo, esquecendo-se de dizer que na altura tinha sido um investimento fortíssimo em infraestruturas de água e saneamento e atualmente não precisava de fazer esses investimentos, que além disso, aqueles investimentos estavam na mão da ADRA, porque se for a fazer todas as contas, ver-se-ia qual o dinheiro que foi contraído para os SMAS. Disse ainda que não ia estar a discutir, porque esse investimento foi feito e os números são os números, dizendo que o Sr. Presidente teria o direito de ter a sua visão, tendo ele direito a ter a sua, não tendo o direito de dizer que ele não queria investir naquilo porque era contra aquilo, pois não era verdade. Referiu que não se podia dizer muita coisa quando não se tinha dinheiro, e tendo muita coisa para fazer, como é que se fazia tudo ao mesmo tempo, sendo que se fosse ele, não fazia nada. Referiu ainda que não exerceu funções executivas nos doze anos de 2002 a 2013, não tendo estado em nenhuma reunião de Câmara como o Sr. Presidente esteve. Referiu ser tanto como o seu Sr. Secretário ou Chefe de Gabinete mencionando que o Sr. Presidente não diz que ele era o culpado dos investimentos ou que era o mentor dos investimentos. Referiu que era sim, o Sr. Presidente e a sua equipa, apelando para que o Sr. Presidente dissesse a verdade, e assumisse, que teria uma ideia diferente da dele, dizendo ainda que a sua ideia seria tão boa como a dele, e que no fim se iria ver o resultado. ----------

Paulo Silva - CDS-PP – Usou da palavra dizendo que haviam opiniões e visões diferentes, o Presidente deu um nove onde o Sr. Luís Fernando deu um seis, mas a verdade é que, tendo visões e opiniões diferentes, existiam ali alguns factos. Realmente tinham opiniões divergentes, era normal, sendo a política em Portugal assim, só depois no final é que se fará as contas, de quatro em quatro anos, sendo assim que funcionava, sendo que ali decidiam-se algumas coisas, mas depois lá fora havia muita gente a mandar. Referiu que aquilo era a democracia no seu melhor, explicada da forma mais básica possível. Referiu que gostou de ver o Membro Municipal Luís Fernando a falar do investimento feito no saneamento que agora estava nas mãos da ADRA, depois de anos que passaram ali a falar, sabendo-se ser verdade e que também já tinham feito todas as contas. Referiu que existia ali um pormenor, havendo uma grande diferença entre a gestão anterior e a gestão atual, que sendo tão grande se iria eximir de a explicar ao pormenor, entre o que se tinha feito e o que se estava agora a fazer, de forma mais visível, acabando por ter resultados mais tarde a nível eleitoral e por sua vez a nível económico para Albergaria. Referiu novamente que se iria eximir, porque era tão grande a diferença, era visível, não podendo deixar de dizer que, quanto à questão do tempo que se demorou,

que estavam a falar de sete anos e não de três, e que demorou cerca de ano e meio ou até menos, para ser criada por aquele Executivo aquela possibilidade de alargamento. Referiu que sabia que tinha existido a condicionante da A32, mas lamentava informar que na sua opinião, havia mais alternativas ao que foi feito. Referiu que sempre achou que com aquele Executivo, o mais importante eram as pessoas, e que nesse aspeto o Executivo andou bem, na parte do apoio direto, transferência de mais fundos para as Freguesias, por forma a que as Freguesias mais localmente pudessem dar o apoio às populações, concordando também com o maior apoio às IPSS's, porque são os principais atores daquilo que é o apoio às populações, sendo esse o apoio e intervenção diretos. Referiu-se à intervenção indireta, que era aquela que se estava a falar, como sendo o desenvolvimento de condições para que a economia crescesse para que depois se possa dar mais emprego e rendimentos, dando melhor vida às pessoas, considerando no entanto que naquele aspeto houve algum atraso e adiamentos, talvez porque não encontraram as soluções para que as coisas ocorressem mais rápido, para que aquela parte prática e realística, daquilo que era programa do CDS apresentado logo em 2013 fosse avante. Referiu que foram no entanto as soluções que se encontraram, lamentando que o Município tivesse demorado demasiado tempo até tornar prática aquilo que eram as suas opções certas, concluindo que o prazo, para mal do Concelho, só pecava por tardio. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra referindo-se à importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social, pois já eram importantes fora dos momentos de crise, e estando em momentos de crise, mais importantes são, portanto todos os apoios que a Câmara Municipal pudesse dar às IPSS's eram merecedores e importantes para a estabilidade do tecido social no Concelho. Referiu-se ao Membro Municipal Luís Fernando, dizendo que estavam num órgão político, tendo cada um as suas convicções políticas e ideias, e nos órgãos políticos democráticos, todas as suas ideias estavam sujeitas ao contraditório, tendo que se ter abertura e espírito democrático para aceitar a crítica relativamente a algum assunto. Referiu que era daquela dialética do contraditório, da discussão e da crítica, pela positiva, que não estavam ali a criticar a pessoa, porque as ideias evoluem, havendo o respeito por cada um, isso era sempre devido, e se se estiver ali com o espírito aberto a todas as opiniões, e com o cruzamento de todas elas, encontrarão as melhores soluções e melhores políticas públicas para o território, pois era assim que devia funcionar a democracia. Referiu que a democracia devia ser um espaço de conselhos, que não se poderia ser radical, criando barreiras que impedissem o diálogo entre as forças políticas eleitas pelo povo, e que esperava que defendessem aquilo com que se propuseram quando foram eleitos, e que chegados aos órgãos, colocassem aquelas ideias, as escutassem, submetendo-se a críticas, tendo a abertura suficiente para limar as arestas das próprias ideias para recolher alguns contributos daqueles que fazem parte da oposição, referindo que aquela é que deveria ser a postura democrática no Concelho, solicitando que não levasse a mal as críticas, porque aquilo fazia parte do ofício, para o qual foram eleitos. Quanto à questão crítica que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito relativamente ao PSD, de que o PSD não tinha investido nada na Zona Industrial, referiu que existia uma tese de Marx, não sendo ele particularmente grande conhecedor, que dizia o seguinte "a prática como critério da verdade", ou seja, se a prática dele não dizia que ele era favorável ao investimento da Zona Industrial, então isso seria verdade, referindo que, se o PSD não investiu na Zona Industrial, é porque não demonstrou interesse político em o fazer, testando portanto aquela tese de Marxista, em que a prática é critério da verdade. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, lembrando que estavam a dois minutos da meia noite e meia, e que no n.º 2 do art.º 16.º do Regimento dizia que as sessões poder-se-iam prolongar para além da hora limite mas nunca por período superior a uma hora e se o plenário o deliberar sem votos contra. Referiu que acreditava que poderiam naquela hora terminar a Ordem do Dia porque embora parecessem muitos pontos, muitos deles referiam o mesmo assunto e eram portanto relativamente repetitivos. Referiu ser da sua obrigação pôr à votação e saber se existia unanimidade, ou se alguém votava contra a que se prolongasse por mais uma hora. ----------

Votação: não havendo votos contra foi assim determinado prolongar a sessão pelo tempo limite de mais uma hora. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, dirigindo-se ao Membro Municipal Jesus Vidinha, dizendo que não era Marxista, não sendo verdade que não se tenha investido na Zona Industrial, pois havia arruamentos feitos e terrenos comprados na Zona Industrial. Referiu que não estavam a falar de um volume de investimento como o que estaria a ser feito agora, e que não estava ali a iludir nada, que tinham que ser claros com a verdade. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente, Dr. Delfim, e que depois falaria. ----------

Vereador Delfim Bismark – Usou da palavra dizendo que, conforme já tinha repetido na Assembleia Municipal, em doze anos o PSD adquiriu um terreno, que serviu depois para a instalação do quartel dos bombeiros, fez um arruamento novo, sinalética nova e o Regulamento. Para além disso, alienou os lotes que tinha herdado do tempo do Dr. Rui Marques a várias empresas situadas em Albergaria. Esclareceu o Membro Municipal Paulo Silva, porque o raciocínio dele partia de dois pressupostos errados: Quando o executivo iniciou funções, no final de 2013, início de 2014, a Câmara teria lotes disponíveis, um ou dois pequenos, tendo os proprietários dos terrenos do que seria a Zona Industrial, a venderem a preços exorbitantes, de 50€/m^2, 55€/m^2 e a 40€/m^2, sendo que o Concelho vizinho de Estarreja tinha áreas enormes feitas com arruamentos e chave na mão a 10€/m^2 e a 15€/m^2 e Águeda tinha uma zona industrial nova a vender a 10€/m^2 e a 15€/m^2 e que Albergaria não tinha terrenos para vender, pelo que se alterou o PDM, alteração essa que ficou concluída em março de 2015, pelo que não se podia comprar terrenos num sítio onde não se sabia que ia ser Zona Industrial. E nessa altura, o aumento de 200 novos hectares industriais não estavam cadastrados, pelo que a primeira coisa a ser feita foi colocar topógrafos no terreno, para fazerem levantamentos, identificar proprietários, sendo que a maior parte não eram sequer do concelho, muitos eram emigrados e a maior parte pertencentes ao Concelho de Estarreja, havendo muitas dificuldades em saber-se quem eram. Outro problema era estar marcada a A32 em cima daqueles 200 hectares, que inicialmente tinham um corredor de proteção, de aproximadamente 50 metros para cada lado, mas que posteriormente, face a uma alteração por parte da Estradas de Portugal, aquele corredor alargou, não sendo só esse o problema, mas sim criar, quer na zona que cruzava a Nacional 1 - IC2, quer na zona que corre a Nacional 16, da Volvo para Aveiro, duas áreas, prevendo possíveis saídas, nós e trevos, que ocupavam uma área imensa e que condicionava fortemente a Zona Industrial de Albergaria-a-Velha. O planeamento feito pelo arquiteto Eduardo, se não houvesse a A32, foi que se abrisse um arruamento logo imediatamente a poente dos já existentes, para o planeamento seguir uma lógica, mas como no meio estava um corredor imenso da A32, teve que se ir mais para poente, e então aí, já identificados os proprietários, começou-se a

negociar com mais de vinte proprietários, alguns no estrangeiro, outros heranças indivisas e outros não registados, sendo que apenas tiveram os últimos três anos para este trabalho. Referiu ainda que, graças ao apoio da concelhia do Partido Socialista de Albergaria-a-Velha, e de várias reuniões com vários Ministros que até tinham começado antes do Governo de coligação, conseguiu-se, em dezembro de 2019, que fosse retirada a condicionante da A32. Portanto, tudo isto demora tempo, questionando como é que poderiam ter posto em prática antes se ainda não era Zona Industrial, ou como é que poderiam fazer antes se o PDM não o permitia ou se estava lá uma A32, dizendo que antes de nascer não seria possível fazer nada. Acrescentou ainda que eram 15 hectares para comercializar depois de prontos, a 20€/m^2 e o facto de ser a 20€/m^2 fez com que a especulação imobiliária nos terrenos tivesse baixado e hoje em dia existiam outros terrenos que não são na nova Zona Industrial de Albergaria-a-Velha e que já estão a baixar, estando a ser transacionados para outras empresas, porque o COVID não tem trazido só desgraça, referindo-se ao cenário do Membro Municipal Luís Fernando, referente ao desemprego que tinha subido 44%, sendo certo que existiam setores industriais que estariam a faturar como nunca faturaram e muitas dessas empresas, por razões diversas, mudaram de estratégia, tendo urgência em edificar novas unidades industriais para aumentar a faturação e para manter os clientes, por isso, e como disse o Sr. Presidente da Câmara, existiam empresas que queriam estar a faturar em abril do próximo ano e outras que tinham o prazo limite de um ano, que teriam que estar a trabalhar em pleno, sob pena de começar a perder clientes. O Município tinha que aproveitar essa oportunidade, tendo já apalavrado, estando à espera de poder escriturar, mais de um terço da Zona Industrial, mas quando se vender, o Município irá encaixar 3.000.000,00€ diretos, com a criação de mais de 1000 postos de trabalho, com a fixação de pessoas, com a dinamização da economia e com uma série de vantagens para o nosso território. Referiu ainda que poderiam haver pessoas que dissessem não à indústria, mas o entendimento do executivo é que a comunidade de Albergaria-a-Velha precisa de emprego, que será o grande problema dos próximos tempos, e para criar novo emprego, era preciso atrair novas empresas. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo-se ao Membro Municipal Luís Fernando, dizendo que não era um problema de ideias, era um problema de factos. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções, passou à votação do Ponto 8. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o investimento "Ampliação da Zona Industrial", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se dá aqui como inteiramente reproduzida, para todos os efeitos legais, a qual fica anexa e que faz parte integrante da presente ata. (Doc.3, Fls.2).

Ponto 9 - Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento do projeto "Ampliação da Zona Industrial", ao abrigo da alínea a), n.º 5, artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Até ao montante de 596.093,69 € - Atas do ato público

e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo o mesmo informado que não. Não havendo inscrições para intervir, passou à votação do ponto 9. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento do projeto "Ampliação da Zona Industrial", ao abrigo da alínea a), n.º 5, artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Até ao montante de 596.093,69 €, bem como emitir a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual dos encargos decorrentes do empréstimo, os quais constam da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 e fevereiro, deliberando, ainda, aprovar, nos mesmos termos, a minuta contratual de empréstimo a celebrar com o Banco BPI, S.A., para o efeito. A Assembleia Municipal tomou ainda conhecimento das atas do ato público e de análise das propostas, da audiência prévia/relatório final. ----------

Ponto 10 - Apreciação e votação do Investimento "Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de terrenos", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que já se tinha discutido tudo na globalidade, estando disponível para esclarecer alguma dúvida que existisse. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, passou à votação do ponto 10. -------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o Investimento "Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de terrenos", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se dá aqui como inteiramente reproduzida, para todos os efeitos legais, a qual fica anexa e que faz parte integrante da presente certidão. (Doc.4, Fls 5). ----------

Ponto 11 - Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto "Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de Terrenos" – Até ao montante de 382.620,00 € - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto. Tendo o mesmo respondido que não, e não havendo inscrições, para intervir, passou à votação do ponto 11. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto "Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de Terrenos" – Até ao montante de 382.620,00 €, bem como emitir a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual dos encargos decorrentes do empréstimo, os quais constam da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 e fevereiro, deliberando, ainda, aprovar, nos mesmos termos, a minuta contratual de empréstimo a celebrar com o Banco BPI, S.A., para o efeito. A Assembleia Municipal tomou ainda conhecimento das atas do ato público e de análise das propostas, da audiência prévia/relatório final. ----------

Ponto 12 - Apreciação e votação do Investimento "2020/26 Execução e Beneficiação de Arruamentos no Concelho", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo o mesmo informado que não. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra solicitando esclarecimentos sobre que tipo de intervenções seriam feitas naquela beneficiação de arruamentos, questionando se só estariam a falar de colocação de tapete, ou se previam passeios, porque teriam que pensar na boa circulação mas também na circulação de peões e dando-lhe condições de segurança para que pudessem utilizar modos de mobilidade sustentável, sendo o mais sustentável de todos o caminhar. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo ser pertinente a questão do Membro Municipal Jesus Vidinha, mas que naqueles projetos não estavam incluídos os passeios. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições passou-se à votação do ponto 12. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o Investimento "2020/26 Execução e Beneficiação de Arruamentos no Concelho", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se dá aqui como inteiramente reproduzida, para todos os efeitos legais, a qual fica anexa e que faz parte integrante da presente certidão. (Doc.5, Fls.2). ----------

Ponto 13 - Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento do projeto "2020/26 Execução e Beneficiação de Arruamentos no Concelho" - Até ao montante de 400.000,00€ - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo o mesmo respondido que não. Não havendo também inscrições para intervir, passou à votação do ponto 13. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento do projeto "2020/26 Execução e Beneficiação de Arruamentos no Concelho" - Até ao montante de 400.000,00€, bem como emitir a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual dos encargos decorrentes do empréstimo, os quais constam da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 e fevereiro, deliberando, ainda, aprovar, nos mesmos termos, a minuta contratual de empréstimo a celebrar com o Banco BPI, S.A., para o efeito. A Assembleia Municipal tomou ainda conhecimento das atas do ato público e de análise das propostas, da audiência prévia/relatório final. ----------

Ponto 14 - Apreciação e votação do Investimento "2020-25 Regeneração Urbana na Freguesia de Angeja – Aquisição de Terrenos", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo este informado que estava disponível para prestar os esclarecimentos entendidos necessários pelos Membros Municipais. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra referindo-se ao voto favorável dos vereadores do PSD da Câmara Municipal relativamente aquele ponto da ordem de trabalhos, dizendo ainda que todas as propostas anteriores foram votadas unanimemente pelo PSD na Câmara Municipal, mas todavia, na Assembleia Municipal se tinham abstido. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra agradecendo a colaboração que teve por parte do atual Executivo de Angeja e por parte do Membro Municipal Jesus Vidinha, nesta matéria, tendo sido uma parceria tri-partidária, pois foi preciso o envolvimento de quatro pessoas para se concluir com sucesso aquela operação, agradecendo pois ao Membro Municipal Jesus Vidinha, ao Presidente da Junta de Freguesia de Angeja, Sr. Hélder Brandão, ao Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Vítor e ao Vice-Presidente da Câmara, Dr. Delfim Bismarck. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou à votação o ponto 14. -

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, da Membro Municipal Filomena Bastos, do PPD/PSD e dos dois Membros

Municipais do PS e cinco abstenções, dos cinco Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o Investimento "2020-25 Regeneração Urbana na Freguesia de Angeja – Aquisição de Terrenos", a financiar por empréstimo de médio/longo prazo, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que se dá aqui como inteiramente reproduzida, para todos os efeitos legais, a qual fica anexa e que faz parte integrante da presente certidão. (Doc.6, fls.3). ----------

Ponto 15 - Apreciação e votação da contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto "2020-25 Regeneração Urbana na Freguesia de Angeja – Aquisição de Terrenos" - Até ao montante de 250.000,00€ - Atas do ato público e de análise das propostas, audiência prévia/relatório final, minuta contratual e autorização prévia para assunção de compromisso plurianual. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto tendo este informado que estava disponível para prestar os esclarecimentos entendidos necessários pelos Membros Municipais. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra dizendo que aquilo na prática era o critério da verdade, na verdade para os Membros Municipais do PSD era indiferente qualquer investimento que se fizesse no Município, e daí a abstenção. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou à votação o ponto 15. -

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, da Membro Municipal Filomena Bastos, do PPD/PSD e dos dois Membros Municipais do PS, e cinco abstenções, dos cinco Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a contração de Empréstimo de Médio/Longo Prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto "2020-25 Regeneração Urbana na Freguesia de Angeja – Aquisição de Terrenos" - Até ao montante de 250.000,00€, bem como emitir a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual dos encargos decorrentes do empréstimo, os quais constam da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 e fevereiro, deliberando, ainda, aprovar, nos mesmos termos, a minuta contratual de empréstimo a celebrar com o Banco BPI, S.A., para o efeito. A Assembleia Municipal tomou ainda conhecimento das atas do ato público e de análise das propostas, da audiência prévia/relatório final. ----------

Ponto 16 - Apreciação e votação de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Alquerubim, destinado à pavimentação da área de estacionamento exterior ao cemitério da Freguesia. ---------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que no âmbito da colaboração que têm tido com todas as Freguesias, traziam a aprovação daquele apoio à Freguesia de Alquerubim. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, colocou à votação o ponto 16. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos do disposto da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Alquerubim, até ao montante de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) para

financiamento das despesas decorrentes com a pavimentação dos acessos e da área pública envolvente, que inclui o parque de estacionamento, junto ao Cemitério da Freguesia, mediante a exibição dos documentos comprovativos da despesa. A proposta da Câmara Municipal dá-se aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo parte integrante da presente certidão. (Doc.7, fls.2). ----------

Ponto 17 – Apreciação e votação da autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromisso plurianual para a contratação da prestação de serviços de vigilância humana no Mercado Municipal e no edifício dos Paços do Município. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo este informado que estava disponível para prestar os esclarecimentos entendidos necessários pelos Membros Municipais. ----------

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra dizendo que quando se opta por um determinado projeto de arquitetura ter-se-á que o pensar em todas as vertentes, pensando nos impactos que possam ter, designadamente nos impactos financeiros e nos custos futuros, pois na verdade tinha-se um Mercado Municipal cuja arquitetura impunha que houvesse um sistema de segurança de vigilância. Referiu que por vezes esqueciam-se todas aquelas vertentes que deviam ser acauteladas no projeto de arquitetura, sendo também uma delas os encargos futuros que decorrem não só da manutenção, mas também outro que não foi pensado eventualmente na altura, pois sendo um espaço aberto, por vezes a arquitetura não era inocente, no que respeita a tudo aquilo, tendo por isso as suas consequências. Referiu-se ainda ao custo anual daquele contrato, sendo ele de 108.000,00€, ou seja, 9.000,00€ mensais, e que segundo o Sindetelco, o acordo estabelecido em junho de 2020 para o salário de um vigilante, que era de 796,19€ por mês, portanto, 800,00€ por mês. Questionou se a Câmara Municipal, olhando para aquelas contas, não teria uma economia se tivesse pessoal próprio afeto àquela segurança, não incluindo o Mercado Municipal uma vez que isso implicaria turnos, pois tratava-se de vigilância noturna, mas concretamente em termos de segurança à porta da Câmara Municipal, recordando-se que, desde há vários anos era sempre a mesma funcionária que estava naquele posto, simpática e prestável, mas sempre a mesma funcionária, questionando se não ficaria mais barato à Câmara Municipal contratualizar um funcionário para fazer as funções que a segurança faz à entrada dos Paços do Concelho, não falando do Mercado Municipal porque os encargos seriam outros. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que não era aquilo que se estava a discutir, informando no entanto que não ficaria mais barato. Referiu que estavam ali a trazer aquele assunto porque precisamente a empresa anterior tinha falido, trazendo ali à Assembleia aquele assunto porque só tinha autonomia até 99.000,00€, e isso era prova evidente que o valor que se estava a pagar não era suficiente, por isso é que tinham falido. Quanto ao conceito de construção e funcionamento, referiu que tinham que rever muita coisa e iam melhorando, mas que em relação àquele contrato efetivo, o que se passou em concreto, foi que o valor não chegou, e por isso é que a empresa que lá estava acabou por entrar em insolvência. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou à votação do ponto 17.

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS e dos Presidentes das Juntas de

Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e seis abstenções, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, emitir a autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromisso plurianual para a contratação da prestação de serviços de vigilância humana no Mercado Municipal e no edifício dos Paços do Município. Dá-se aqui como inteiramente reproduzida a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, para todos os efeitos legais, fazendo parte integrante da presente certidão (Doc. 8, fls. 2). ----------

Ponto 18 - Apreciação e votação do procedimento relativo à intenção de desafetação de um troço de caminho do domínio público, sito em Vista Alegre – Zona Industrial de Albergaria-a-Velha – termo de apreciação pública. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que estava disponível para esclarecer a Assembleia, referindo que este ponto se prendia precisamente com a reorganização das infraestruturas da Zona Industrial. ----------

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra dizendo que as desafetações do domínio público para domínio privado eram operações que teriam de ser muito bem justificadas e, no entender do PSD, aquela operação não era como não foram as anteriores de 2014 e 2019. Aquela operação era a terceira, envolvendo o mesmo privado, a primeira tinha ocorrido em 2014, e só teve votos favoráveis da bancada do CDS-PP. A segunda vez foi em 2019 e só teve votos favoráveis de parte da bancada do CDS-PP. Referiu que com aquela desafetação, a acumular com as anteriores, fazia subir a área desafetada de domínio público para o privado da Câmara e para posterior venda ao mesmo privado, de 2014 a 2020, com a área de 5620m^2. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo que o Executivo entrou a 23 de outubro de 2013 e o primeiro o problema que teve foi o recebimento de uma carta registada de uma ilegalidade que o Executivo do PSD permitiu fazer, referindo que o Membro Municipal Luís Fernando não pertencia ao Executivo, pois era chefe de gabinete, não tendo nada a ver com aquilo, mas tendo sido algo que o PSD tinha permitido, uma construção ilegal. Referiu que o atual Executivo é que resolveu aquele assunto na Assembleia, pois ninguém tinha visto, nem nenhum Vereador nem nenhum Fiscal da Câmara. Referiu-se que a primeira coisa que recebeu quando entrou na Câmara foi uma ilegalidade que o Executivo do PSD permitiu fazer. Referiu-se à ligação do Vale da Lage para a Zona Industrial, questionando se ali tinha ou não havido uma vantagem ou um benefício, pois há quantos anos se andava para resolver aquele assunto, referindo que ainda bem que tinham sido eles a resolvê-lo. Por fim, referiu que ia haver um investimento de 50.000.000,00€ questionando o Membro Municipal Luís Fernando se queria enviá-los para Estarreja ou para outro Concelho, dizendo que mais uma vez se percebia que o PSD não queria captar investimentos em Albergaria. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou à votação do ponto 18.

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor, dos/as dez Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, seis abstenções, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD e um voto contra do

Membro Municipal Paulo Silva, do CDS-PP, aprovar, nos termos da alínea q), do n.º 1, do art.º 25, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o procedimento relativo à intenção de desafetação de um troço de caminho do domínio público, sito em Vista Alegre – Zona Industrial de Albergaria-a-Velha – termo de apreciação pública com a área de 910,50m^2, a confrontar a norte e poente com Polivouga, do sul com Caminho Municipal e Polivouga e do nascente com Polivouga e Arruamento E, melhor identificado na planta anexa, avaliado por perito em 31.867,50€ (trinta e um mil oitocentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos), nos termos do relatório de avaliação arquivado no processo. O prédio fica sujeito a registo da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Conservatória do Registo Predial. A planta identificativa do troço de caminho dá-se aqui como inteiramente reproduzida, para todos os efeitos legais, fazendo parte integrante desta certidão (Doc. 9, fls. 11). ----------

Após a votação deste ponto, houve duas declarações de voto orais dos Membros Municipais Pulo Silva do CDS-PP e Jesus Vidinha do PS, que não foram plasmadas na Ata por não terem cumprido o preceituado nos n.ºs 2 e 3 do art.º 28.º do Regimento da Assembleia Municipal. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra passando ao ponto seguinte. ----------

Ponto 19 - Apreciação e votação da alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga – retificação. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo o facto de a legislação ter sido alterada e já estar contemplada nos Estatutos, sendo que a partir daquele momento, todas as grandes decisões a tomar no âmbito desta Associação teriam que ter dois terços nas votações. Referiu ainda que atualmente as Àguas do Carvoeiro tiveram mais um investimento de 17.000.000,00€, dizendo que as coisas estavam sólidas em termos financeiros e que não se justificava terem quatro assembleias por ano, entendendo-se que duas assembleias normais eram as essenciais para a gestão daquela associação. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, colocou à votação o ponto 19. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, dos/das onze Membros Municipais do CDS-PP, dos/das seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e duas abstenções dos dois Membros Municipais do PS, aprovar, em cumprimento do determinado no art.º 35.º dos Estatutos da Associação de Municípios Carvoeiro-Vouga, conjugado com as competências estabelecidas na alínea u) do n.º 1 do art.º 25.º, nas alíneas s) e ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, e ainda dos artigos 108.º, 109.º e 110.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração aos estatutos da identificada Associação, conforme documento que se dá aqui como inteiramente reproduzido para todos os efeitos legais e cuja cópia fica anexa à presente certidão, dela fazendo parte integrante. (Doc. 10, Fls. 22). ----------

Ponto 20 – Apreciação dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 04.12.2019 – período compreendido entre 29.05.2020 e 25.08.2020. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando o Sr. Presidente da Câmara

Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo este informado que estava disponível para prestar os esclarecimentos entendidos necessários pelos Membros Municipais. Não havendo inscrições para intervir e tendo os membros municipais tomado conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 04.12.2019 – período compreendido entre 29.05.2020 e 25.08.2020, passou de imediato à apreciação do ponto 21. ----------

Ponto 21 – Apreciação da informação do auditor externo sobre a situação económica, financeira e orçamental do Município de Albergaria-a-Velha, relativa ao 1.º semestre de 2020. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal se queria dizer alguma coisa relativamente aquele assunto, tendo este informado que não, Não havendo inscrições para intervir e tendo os membros municipais tomado conhecimento da informação do auditor externo sobre a situação económica, financeira e orçamental do Município de Albergaria-a-Velha, relativa ao 1.º semestre de 2020, passou à apreciação do ponto seguinte. ----------

Ponto 22 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, dos pontos 3 a 19 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, dos pontos 3 a 19 do presente Edital. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Deu por terminada a sessão, era uma hora, agradecendo aos funcionários que estavam a prestar serviço na Assembleia, pela sua qualidade e empenho, proporcionando que a sessão tivesse as melhores condições de funcionamento e segurança, bem como aos funcionários do cinema, que eram sempre inexcedíveis em receber e tornar a sessão fluída e com excelente sonoridade. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número três, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Mário Rui de Almeida Branco e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi.----------

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____